



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 125 TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 136ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE AGOSTO DE 2015	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	5
1.2.1.1 – Término de prazos	
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 112, 120, 125, 131, 137, 143, 159, 167, 169, 172, 177, 180, 184, 188, 189, 191 e 192/2014; e 20, 32, 39, 40, 41, 46, 69, 71, 72, 76, 77, 80, 88, 100 e 267/2015.	5
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Lei da Câmara nº 95/2015.....	5
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 530 e 544/2013.	5
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 14/2014	5
1.2.1.2 – Inclusão em Ordem do dia	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei da Câmara nº 14/2014	5
1.2.1.3 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 (Memorando nº 76/2015). <i>Serão feitas as substituições solicitadas.</i>	6
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 104/2015). <i>Designação do Senador Gladson Cameli, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	7
Do Senador Humberto Costa, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Exª para acompanhar o I Congresso de Comissões de Saúde dos Parlamentos das Américas, no período de 3 a 5 de junho último (Memorando nº 322/2015).	8
Da Comissão interna destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, de desligamento do Sr. Milton Arantes Costa (Memorando nº 12/2015)	8
1.2.1.4 – Encaminhamento	
Encaminhamento do Projeto de Resolução nº 63/2013 à Comissão Diretora	10
1.2.1.5 – Ofício da Câmara dos Deputados	
Nº 1.908/2015, na origem, que encaminha, para promulgação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 122/1996 (nº 384/1997, na Câmara dos Deputados)	10
1.2.1.6 – Requerimento	
Nº 921/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 265 e 288/2014.....	11
1.2.2 – Oradores	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Alegria pelo FNDE ter repassado verba pública aos municípios de Roraima para auxílio à educação no Estado.....	13
SENADOR PAULO PAIM – Comentários sobre artigo publicado no jornal Correio do Povo sobre a dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União Federal; e outro assunto	15
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações acerca das manifestações ocorridas ontem no Brasil e de um possível impeachment da Presidente Dilma Rousseff.....	16
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com suposta dissociação entre os quereres sociais e as medidas adotadas pelos governantes	23
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Defesa de medidas que visam à manutenção do emprego ante o cenário de crise da economia brasileira; e outros assuntos.....	29

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Comentários sobre as manifestações populares ocorridas no último domingo e reflexão sobre a crise por que passa o País.....	31
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE -Destaque à importância do cidadão para a construção de uma agenda positiva para o País; e outros assuntos.....	35
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comentários sobre as manifestações populares contrárias ao Governo Federal realizadas em diversas localidades no País.....	37
SENADOR HÉLIO JOSÉ – Comentários acerca de projeto de lei apresentado por S. Ex ^a que cria unidades de acumulação de recursos hídricos.....	39
SENADOR VALDIR RAUPP – Registro dos esforços do Governo Federal para a adoção de uma agenda positiva para o País.....	43
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Análise das manifestações populares ocorridas no último domingo, bem como do Governo da Presidente Dilma Rousseff.....	44
1.3 – ENCERRAMENTO.....	48
2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
2.1.1 – Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal (Suplemento “A”)	
2.1.2 – Atas de Comissões Temporárias do Senado Federal (Suplemento “B”)	
2.1.3 – Atas de Comissões Temporárias do Congresso Nacional (Suplemento “C”)	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	49
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	52
5 – LIDERANÇAS.....	53
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	55
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	68
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	76
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	123
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS.....	146
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	159

Ata da 136ª Sessão, Não Deliberativa, em 17 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, José Medeiros, João Capiberibe, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 18 horas e 9 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZOS

Esgotou-se em 14 de agosto o prazo sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 112, 120, 125, 131, 137, 143, 159, 167, 169, 172, 177, 180, 184, 188, 189, 191 e 192, de 2014; e 20, 32, 39, 40, 41, 46, 69, 71, 72, 76, 77, 80, 88, 100 e 267, de 2015.**

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão competente, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou, no último dia 14, o prazo único para oferecimento de emendas perante a CRE, previsto no art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, ao **Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015** (nº 2.020/2015, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU*.

Não tendo recebido emendas, o Projeto, que tramita em regime de urgência constitucional, retorna às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, para exame simultâneo.

Encerrou-se no dia 14 de agosto o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos **Projetos de Lei do Senado nºs 530 e 544, de 2013.**

Tendo sido aprovadas terminativamente pelas Comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 14 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2014.**

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

COMUNICAÇÕES



SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – PSOL

Façam-se as substituições
solicitadas
em 17.1.08 120 15

GLBSD-Memo. 76/2015

Brasília, 13 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

Assunto: Substituição de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência as seguintes alterações nas indicações do *Bloco Socialismo e Democracia* para compor a comissão mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 675, de 2015: a **Senadora Vanessa Grazziotin** como membro titular em substituição ao **Senador Roberto Rocha**, assim como o **Senador Roberto Rocha** como membro suplente em substituição à **Senadora Vanessa Grazziotin**.

Respeitosamente,

Senadora Lúdice da Mata
Líder do Bloco Socialismo e Democracia

A Presidência designa o Senador Gladson Cameli para compor, como suplente, a CI, nos termos do **Ofício nº 104, de 2015**, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o ofício:



SENADO FEDERAL

GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 104/2015 – GLDBAG

Brasília, 12 de agosto de 2015

A Publicação
Em 12.18.2015

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobreposta à data de publicação.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Gladson Cameli** para compor a **Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI**, como suplente, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Assinatura manuscrita de Humberto Costa em tinta preta.

Senador Humberto Costa

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Memorando nº 322, do Senador Humberto Costa, contendo relatório de viagem referente ao **Requerimento nº 438, de 2015**, de missão, por meio do qual relata participação no I Congresso de Comissões de Saúde dos Paramentos das Américas, no período de 3 a 5 de junho do corrente ano, no Peru.

O Requerimento vai ao Arquivo.



*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões*

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Memorando nº 012/2015 – CERCBA

Em 17 de agosto de 2015

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

À Publicação
Em 17/8/2015

Assunto: **Substituição de membro**

Senhor Presidente,

Informo a V. Exa. que, na presente data, recebi o Ofício ABTAer nº 117A/2015, informando que o membro desta Comissão Sr. Milton Arantes Costa, por razões de foro íntimo, solicita a sua saída deste colegiado, recomendando que seja empossado em seu lugar o Sr. Enio Paes de Oliveira.

Tendo em vista que eventuais alterações na composição desta Comissão, criada pelo ATS nº 11/2015, são de competência de V. Exa., encaminho o referido documento para a vossa consideração.

Respeitosamente,

Georges de Moura Ferreira
Presidente



São Paulo, 07 de Agosto de 2015.

Ofício ABTAer nº 117A/2015

Ao

Doutor Georges Ferreira

Presidente da Comissão de Reforma do CBA

Assunto: Solicitação de Alteração de Membro da Comissão de Especialistas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do CBA – Código Brasileiro de Aeronáutica

Conforme nosso Ofício ABTAer nº 117/2015 desta mesma data, endereçado ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, a **ABTAER** – Associação Brasileira de Táxi Aéreo e Oficinas de Manutenção Aeronáutica, entidade de maior representação no território nacional, congrega em seus quadros **81** empresas filiadas, vem ratificar o nosso pleito para substituição do Membro da Comissão, o Comte. Milton Arantes Costa, empossado pelo Ato do Presidente nº 16, publicado em 25 de Junho de 2015.

A justificativa da saída do Comte. Milton Arantes é por razões de fórum íntimo, o qual terá que se ausentar do Brasil a partir do início da 2ª quinzena de Agosto/2015 e permanecerá ausente pelo menos até início de Janeiro de 2016.

Sendo assim, com o objetivo de manter nosso espírito de cooperação plena neste projeto de importância fundamental, não só para a aviação brasileira, mas em benefício da sociedade e da imagem Internacional do nosso País, pleiteamos que seja empossado como substituto o senhor Enio Paes de Oliveira, Diretor Geral da **ABTAER** – Associação Brasileira de Táxi Aéreo e Oficinas de Manutenção Aeronáutica. Visando dar o devido respaldo e sustentação nessa indicação, enviamos em anexo o currículo do indicado.

Na expectativa da nossa solicitação, reiteramos nossos sinceros agradecimentos e ficamos a disposição.



Comte. Milton Arantes Costa

Presidente do Conselho / ABTAer

presidencia@abtaer.org.br

RECEBIDO EM: 17/08/2015
NOME: MARCELO LOPES
MATRÍCULA: 067895
HORA: 10:30

ENCAMINHAMENTO

A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução do Senado Federal nº 63, de 2013**, uma vez instruído pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Comissão Diretora, nos termos do art. 401, § 2º, III, Regimento Interno do Senado Federal.

OFÍCIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Presidência recebeu o **Ofício nº 1.908/2015**, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a fim de ser promulgado, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 1996** (nº 384/1997, naquela Casa), que *aprova a prestação de contas do Presidente da República referente ao período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 1992*.

A Presidência tomará as providências necessárias à promulgação do Decreto Legislativo.

É o seguinte o ofício:



Junte-se ao processado do

PDS

nº 122, de 1996

Em 17/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1.908/2015/SGM-P

Brasília, 13 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de PDC à Promulgação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para promulgação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 1997 (PDS nº 122/1996, na Casa de origem), que "Aprova a prestação de contas do Presidente da República referente ao período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 1992".

Esclareço, ainda, que a prestação de contas do Presidente da República relativa ao exercício financeiro de 1992, no período de 1º de janeiro a 29 de setembro, encontra-se anexada ao Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 1997, ainda pendente de apreciação nesta Casa.

Atenciosamente,

Deputado **EDUARDO CUNHA**
Presidente

REQUERIMENTO**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 921, DE 2015**

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 265 e 288, ambos de 2014, por versarem sobre a mesma matéria, qual seja, atribuir competência aos Comitês de Bacia Hidrográfica para decidir sobre as alterações de vazão outorgada de reservatórios regularizadores.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2014, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares pretende alterar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para incluir exigências quanto à alteração da vazão de reservatórios regularizadores em outorga de direitos de uso de recursos hídricos; já o

O Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2014, de autoria do Senador Kaká Andrade, visa alterar a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências, para atribuir aos Comitês de Bacia Hidrográfica a competência de decidir sobre as alterações de vazão outorgada de reservatórios regularizadores existentes na sua respectiva bacia.

As proposições acima citadas versam sobre a mesma matéria, qual seja a atribuição de competência aos Comitês de Bacia Hidrográfica para

decidir sobre as alterações de vazão outorgada de reservatórios regularizadores existentes na sua respectiva bacia.

A tramitação em conjunto dos Projetos de Lei está prevista no Regimento Interno do Senado Federal no artigo 258, possibilitando que proposições que tratem de mesma matéria sejam apensadas, para conferir celeridade processual à tramitação dessas matérias nesta Casa.

Sala das Sessões,

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
(À MESA DO SENADO FEDERAL)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ângela Portela, pela ordem.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Aqui, os inscritos: Senador Cristovam Buarque, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Ângela Portela e Senador Paulo Paim.

V. Exª quer falar em primeiro lugar, como inscrita?

Então, é V. Exª; em seguida, serei eu, sem prejuízo do Senador Medeiros, que vai falar como orador inscrito.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que muito nos honra com seu trabalho, com seus inúmeros anos representando o Rio Grande do Sul aqui, no Senado Federal, quero cumprimentar todos que estão aqui conhecendo o Congresso Nacional, especificamente o Senado da República. Sejam todos muito bem-vindos.

Eu queria registrar aqui um assunto de extrema importância para a educação do nosso País e para a educação do meu Estado de Roraima. Na semana passada, o Presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) esteve em Roraima ajudando prefeitos, secretários de finanças, secretários de educação, toda a equipe das prefeituras municipais e do Governo do Estado a administrar os recursos públicos da educação para a construção de creches, quadras esportivas, para a concessão de transporte escolar, alimentação escolar. Foi uma oportunidade muito importante a presença do Presidente do FNDE na nossa capital, Boa Vista, para fazer todos os esclarecimentos necessários, superar toda a burocracia que as prefeituras enfrentam para executar os projetos na área de educação. Então, eu queria fazer esse importante registro para o nosso Estado.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação acabou de repassar para as contas correntes de Municípios e Estados e do Distrito Federal R\$512 milhões para transporte e alimentação escolar. Esses recursos são referentes à sexta parcela de 2015 do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que é R\$451 milhões, para apoiar a alimentação escolar de alunos da educação básica, e à quinta parcela do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, na ordem de R\$60 milhões, para assegurar o transporte escolar aos estudantes residentes em áreas rurais.

São recursos que devem ser utilizados no custeio de despesas como consertos mecânicos, compra de combustível ou terceirização do serviço de transporte escolar. E aqui eu sei da importância desses recursos para manutenção desse programa.

Nós temos, em Roraima, crianças e jovens que vivem nas vicinais com seus familiares e que, para chegarem às escolas dos inúmeros pequenos Municípios, precisam da eficiência do Programa de Transporte Escolar, um programa de efeito prático muito grande, acredito, para a grande maioria dos Municípios brasileiros. Para a região Norte, então, é essencial.

Em Roraima, é fundamental ter o funcionamento do transporte escolar, para que as nossas crianças cheguem à escola. Nós cansamos de ir aos Municípios, às vilas e ouvir dos pais e dos professores a reclamação em relação à precariedade do serviço de transporte escolar.

Esses dois programas, de Transporte Escolar e de Alimentação Escolar, têm uma importância muito grande para as nossas crianças e os nossos jovens. Para termos noção dessa relevância, cito como exemplo o Programa Nacional do Transporte Escolar, que, só para a Prefeitura de Boa Vista, nossa capital, repassou R\$527,347 milhões este ano. Podemos citar também o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que repassou também para a administração da capital, Boa Vista, R\$4.742.536,00 este ano, conforme dados do Ministério da Educação.

Uso como exemplo o montante de R\$512 milhões repassados pelo Governo Federal para transporte e alimentação escolar aos Estados, Municípios e Distrito Federal, para destacar o trabalho que o FNDE vem desenvolvendo com os gestores públicos brasileiros como forma de aproximar mais a administração do dinheiro público dos cidadãos.

Mostra esse trabalho de presença do Poder Público bem mais perto dos cidadãos e que precisa ser de conhecimento de toda a sociedade.

Na semana que passou, prefeitos, secretários municipais, vereadores, técnicos e assessores diretos de gestores públicos dos Municípios de Roraima, assim como tivemos também a honra da presença do Deputado Estadual Gabriel Picanço, do Deputado Estadual Soldado Sampaio, Evangelista Siqueira, e do Presidente da Câmara de Boa Vista nesse Encontro de Gestores Municipais para o Fortalecimento de Ações Educacionais em nosso Estado. Esse encontro foi realizado no auditório da Escola de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que também tem sido uma grande parceira.

Com a presença do Sr. Idilvan Alencar, Presidente do FNDE, nosso encontro teve o objetivo de capacitar os gestores públicos para o fortalecimento das ações do fundo, quando da aplicação dos recursos destinados a cada um dos programas federais da educação.

Com atenção e desprendimento, Idilvan Alencar atendeu, individualmente, atendeu cada prefeito, cada secretário municipal de educação e de finanças, para esclarecer sobre a aplicação dos recursos na educação, de forma a garantir, cada vez mais, eficiência, zelo e cuidado com o dinheiro público.

Eu quero dizer aqui que o FNDE transferiu o escritório para Roraima, para a nossa Universidade Federal, para nossa escola de aplicação, local em que foi realizado esse encontro, para dar aos gestões municipais que participaram do evento a oportunidade de tirar dúvidas, oportunidade de esclarecer sobre todos os programas, sobre a aplicação eficiente, nas esferas municipais, dos recursos destinados à educação, advindos de programas da esfera federal.

Em sua exposição, o Presidente do FNDE, Idilvan Alencar, falou acerca das ações do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado há 20 anos, com a finalidade de prestar assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos.

Os recursos para esse programa tomam por base o número de alunos, extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

O Programa Dinheiro Direto na Escola, que contemplava apenas as escolas públicas de Ensino Fundamental, foi ampliado em 2009, passando a contemplar toda a educação básica, abrangendo, assim, as escolas de ensino médio e da educação infantil, conforme a Lei nº 11.947, que é a nossa LDB.

Quando falo de educação, vejo aqui o nosso querido Senador Cristovam Buarque, que é a maior referência em educação no nosso País.

Senador Cristovam Buarque, eu estou falando da presença do Presidente do FNDE em Roraima. Conseguimos realizar uma reunião em que o Presidente do FNDE falou de todos os programas federais para prefeitos, gestores públicos, secretários de educação e de finanças, para que se possa utilizar melhor os recursos públicos na área de educação. A gente sabe, o senhor conhece muito bem, as dificuldades que têm os prefeitos, nos Municípios brasileiros, na construção de creches, na compra de equipamentos, na merenda escolar, no transporte escolar. Há uma série de dificuldades que os Municípios têm. E nós conseguimos levar o escritório do FNDE, com a presença de seu presidente, para ajudar as nossas prefeituras a executar, com mais eficiência e transparência, os recursos públicos na área de educação.

O FNDE coordena também outros programas igualmente importantes tais como: Plano de Ações Articuladas (PAR), por onde fazemos o diagnóstico da situação educacional do Município, para que se habilite a receber os recursos para construção de creches; prestação de contas, PAC 2, Caminho da escola, Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil (ProInfância), Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e Programa Nacional de Livro Didático. Esse último programa, por exemplo, tem o objetivo de prover as escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, com livros didáticos, dicionários e acervos de obras literárias e complementares.

Segundo o MEC, já está disponível para diretores, professores e coordenadores educacionais das redes públicas de ensino o Guia de Livros Didáticos 2016. Contendo informações e resenhas sobre as obras do PNLD, o guia que auxilia os profissionais da educação pode, portanto, ser consultado no portal eletrônico do FNDE, entre os dias 28 de agosto a 8 de setembro do corrente ano.

Destaco, ainda, o ProInfância, que é voltado a prestar assistência financeira aos Municípios, na garantia do acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública. É um programa muito importante.

O ProInfância conta com o auxílio da Meta I, do Plano Nacional de Educação, para ampliar a oferta de creches e atender crianças de até três anos.

Comprometida com o acesso de todas as crianças à educação, destinei, somente por meio do FNDE, mais de R\$40 milhões para a construção de creches em nosso Estado. E, embora nós tenhamos destinado R\$40 milhões ao FNDE para dar condições aos Municípios roraimenses de construir as suas creches, de atender as nossas crianças de zero a três anos e de atender também a mãe, a mulher que precisa trabalhar e ter a sua independência financeira para dar o sustento das suas famílias, infelizmente, algumas Prefeituras não conseguiram executar projetos de construção de suas creches. Em 37% das famílias do nosso Estado, a mãe é a chefe da família. Então, se a mãe é a chefe da família, ela precisa trabalhar e, para trabalhar, precisa deixar os seus filhos na escola, deixar seus filhos na creche.

Precisamos avançar nesse sentido, pois, quando de sua visita a Roraima, na semana passada, a Presidenta Dilma assegurou que irá ampliar programas sociais para o nosso Estado e um desses programas é o que trata da construção de 26 creches para atender as nossas crianças, principalmente na capital, Boa Vista.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de deixar a minha alegria, a minha satisfação por ter feito essa interlocução junto ao FNDE, aos Prefeitos, aos educadores do nosso Estado para que a gente pudesse ter maio-

res esclarecimentos e executar projetos que são tão importantes, tão relevantes para atender a educação, desde a educação infantil, a creche, até o ensino superior.

Portanto, eu penso que este encontro foi muito importante para promover a interlocução entre os entes públicos, federal, estadual e municipal, e contribuir para aproximar Governo e sociedade para o bem da gestão da coisa pública, especialmente em um dos setores mais importantes, que é a educação das nossas crianças, direito fundamental de todos os cidadãos.

A gente vê, Senador Paim, infelizmente, muitas construções de creches inacabadas em todo Brasil, e no meu Estado não é diferente: inicia-se a obra, paralisa-se e fica aquele elefante branco ali. Poderia haver um acompanhamento, um cuidado maior dos gestores municipais junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para conciliar o cronograma de repasse de recursos e concluir essas escolas, que são essenciais para o cumprimento de um direito fundamental das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a Ângela Portela, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senadora Ângela Portela, esse assunto é da mais alta importância. Hoje, nós nos debatemos com uma grande demanda social, que são os adolescentes nas ruas e o alto índice de criminalidade. Fala-se em mudança do ECA, em reduzir a maioridade penal, mas a solução está justamente no que a senhora falou: investir na primeira infância.

Meus parabéns! O caminho não é outro senão justamente investir em duas bandeiras: na bandeira que o Senador Cristovam levanta aqui direto, que é a educação, investir na primeira infância, como V. Ex^a tem colocado aqui, e juntar as duas. Essa é a solução, a saída para o Brasil.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, agradeço a V. Ex^a, que presidiu a sessão no meu lugar.

A Senadora Ângela Portela falou para uma comunicação parlamentar. Eu cedi a ela, para falar primeiro, porque ela tinha um compromisso, e fiquei em segundo lugar. Mas o primeiro orador, pela ordem de inscrição, seria o meu caso. Eu antecipei para ela, para que ela pudesse se deslocar.

Ao mesmo tempo, quero aqui fazer uma homenagem ao Zanetti. O Zanetti, como todos os senhores sabem, é Deputado Federal Constituinte, comprometido com as causas sociais. Ele está acompanhando de cima essa questão da crise do meu querido Rio Grande. É uma crise que, de fato, está preocupando a todos.

Eu escrevi um artigo, e comuniquei a ele depois, baseado na proposta que ele apresentou como uma alternativa ao Congresso Nacional – e vamos também fazer com que ela chegue ao Executivo –, em matéria de uma dívida impagável.

Então, ao ler aqui, ex-Deputado Federal Constituinte Zanetti, o artigo que cita o seu nome, eu já coloco o meu ponto de vista sobre a proposta e, ao mesmo tempo, reconheço a iniciativa construída por V. Ex^a, que eu pedi que também fosse apresentada à Bancada gaúcha na próxima reunião.

Eu registro aqui o artigo publicado, no dia de hoje, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre. O texto tem como título “Agiotagem institucionalizada” e trata da dívida do Estado do Rio Grande com a União.

Aqui, vamos ao artigo:

Em 1998, o Estado do Rio Grande do Sul contratou uma dívida com a União no valor de R\$9,7 bilhões. Já foram pagos, de lá para cá, R\$22 bi, restando, ainda a pagar, R\$47,2 bi. Há quem diga que já são mais de R\$50 bi. Quer dizer, contratamos nove, pagamos 22 e devemos mais de 50.

Os juros leoninos aplicados deixariam os agiotas Abelardo I e Abelardo II, personagens da peça teatral *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade, envergonhados e horrorizados.

Vejamos: a posição privilegiada do emprestador, a ausência de cláusula de equilíbrio econômico-financeiro, a exigência de garantias robustas e a total falta de compromisso com o social são alguns dos exemplos de que o Brasil é uma federação semidemocrática e parcialmente paralisada. Seus entes estão na jaula sendo explorados pelo domador.

A analogia utilizada retrata a realidade e vale para todos os Estados, ou seja, o nosso, por exemplo, *a priori*, já quitou essa dívida há muito tempo, como diz Zanetti. Aliás, quem de fato arcou com ela foi o povo gaúcho, com seus impostos. Todos os governos, independentemente de grei partidária, suaram sangue – uns mais, outros menos –, lá no meu Estado, para pagar essa parcela da dívida.

Deixando de lado a realidade da agiotagem, consta que não pagamos uma parcela da dívida no valor de R\$280 milhões, o que levou a União a bloquear as contas do Estado.

Não bastasse isso, os servidores públicos tiveram seus salários parcelados. Uma situação inadmissível! O ex-Constituinte Hermes Zanetti, diante esse quadro, sugere um alento a toda essa situação.

A ideia não é de calote, nem de perdão, mas de justiça, impondo como único encargo financeiro a atualização monetária calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A proposta pretende uma readequação das condições nos financiamentos assumidos perante o Tesouro Nacional, em formas diversas das adotadas pelo Governo Federal.

Na prática, isso representaria a repactuação da dívida, beneficiando Estados e Municípios.

Os nossos atos não serão julgados somente no agora, mas também a partir da qualidade de vida que as próximas gerações terão.

A responsabilidade é enorme, é de todos. Não há como resolver esse problema se as picuinhas, a disputa de egos, os melindres não forem deixados de lado; se não houver, de fato, uma junção de forças da sociedade gaúcha, de homens públicos sérios, do empresariado e dos sindicalistas, no sentido de exigir mudanças em todo esse enredo oswaldiano.

Zanetti, é um comentário que faço de forma que a sociedade perceba que essa dívida é impagável. E como é impagável você aponta um dos caminhos de que falei na Rádio Guaíba, que levei para a Bancada Gaúcha, e ficou acertado, na Bancada Gaúcha, que você e os técnicos que ajudaram a formular essa proposta irão apresentar lá na Bancada, creio eu que nesta semana ou na semana que vem.

Ao mesmo tempo, tomei a liberdade de pedir uma audiência à Presidente da República, e já encaminhei. Combinei com o Cherini, que é o nosso Coordenador de Bancada, de forma tal que ela receba o Governador do Estado, que, repito, não é do meu partido, é do PMDB. Nós perdemos as eleições lá, mas nem por isso eu vou torcer para que ele não faça um bom governo. Quero mais que ele faça um bom governo.

Por isso, estou me somando à busca de alternativas como essa que você propôs. V. Ex^a é convidado para essa reunião com a Presidenta, o Presidente da Assembleia, a Bancada de Deputados Federais, naturalmente os três Senadores do Rio Grande, um representante...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... dos empresários, um representante do movimento sindical, para dialogarmos sobre a possibilidade de repactuar a dívida do Estado.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda dizer que nesta semana estarão em Brasília vereadores de todo o País. A chamada Marcha de Vereadores acontecerá no período de 18 a 21 de agosto, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A União de Vereadores do Brasil (UVB), fundada em novembro de 1964, é responsável pelo evento. O seu Presidente é o Gilson Conzatti, o Vereador Gilson Conzatti. A entidade congrega representantes em nível nacional, todas as associações e uniões estaduais de vereadores e câmaras de vereadores de todo o Território nacional. Ela representa 57.261 vereadores brasileiros.

A UVB...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora deu, Sr. Presidente.

A UVB traz esse evento para Brasília, lembrando o sucesso do 11º Encontro Nacional de Legisladores, que ocorreu em abril. A agenda proposta pela Marcha de Vereadores começa abordando, no dia 17, às 10 horas, um tema que considero muito importante: Orçamento Impositivo e Fundo de Reserva nas Câmaras. Mais tarde, o debate passa pela pauta municipalista, uma plenária para a construção de uma agenda propositiva. No outro dia, o tema é também muito importante: Novo Pacto Federativo e Municipalismo. Depois, a marcha desloca-se para o Palácio do Planalto, entrega uma pauta à Presidente da República. A apresentação dos projetos do prêmio destaque vai ser às 17 horas e, depois, haverá a reunião do Fórum dos Superintendentes Regionais e Estaduais da UVB.

E por aí vai, Sr. Presidente. É uma pauta longa. Haverá também o encontro com o Ministro Gilberto Kassab, um debate sobre a educação com o Ministro Renato Janine, Fala Vereador e, depois, participando do debate amplo sobre a Reforma Política, Pacto Federativo, Municipalismo e um painel sobre Direito Público e Eleitoral. Por fim, o lançamento da carta chamada Marcha de Vereadores 2016.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo concedido a mim, que permitiu que eu comentasse, na íntegra, os meus dois pronunciamentos em homenagem ao Zanetti, nosso eterno Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, uma multidão de brasileiros, em várias cidades

do nosso País, saiu às ruas para protestar contra a corrupção, para protestar contra o Governo da Presidente Dilma, para protestar contra a crise seus efeitos sociais, especialmente a carestia, o desemprego. Saiu às ruas para apoiar o funcionamento das instituições, que hoje estão dedicadas a apurar o imenso esquema de corrupção estabelecido na cúpula da administração federal.

Saiu às ruas para impulsionar o Tribunal de Contas da União a cumprir o seu dever no exame das contas da Presidente Dilma Rousseff. Saiu às ruas para pressionar também o Congresso Nacional, para que as Comissões Parlamentares de Inquérito funcionando, sobre a Petrobras, sobre o BNDES e os fundos de pensão, não se resumam a um esgrimir parlamentar, a uma troca de farpas entre partidos, mas que consigam efetivamente desvendar aqueles mecanismos que levaram ao desvirtuamento de muitos dos recursos do BNDES e à fraude contra as pessoas, os trabalhadores que são segurados por esses fundos de pensão das estatais, que ficaram hoje na difícil contingência de ter que aumentar a sua contribuição para ter direito a uma aposentadoria complementar ou ficar sem aposentadoria nenhuma. Saiu às ruas também para dizer que quer o *impeachment*, como a expressão mais radical, mais completa do desejo de mudança no comando do nosso País, sem considerações sobre os mecanismos parlamentares que poderiam levar a esse desfecho, mas uma expressão radical do rechaço ao desastrado Governo Dilma Rousseff e, mais ainda, o rechaço ao tipo de gestão governamental instaurada no nosso País a partir do Governo Lula.

A figura do Presidente Lula também foi muito lembrada, durante essas passeatas.

Estive aqui em Brasília, Sr. Presidente, participei aqui da passeata. Das outras vezes fiquei em São Paulo. Dessa vez resolvi ficar na capital federal. Brasília, Senador Cristovam, que é o lugar onde nós exercemos o nosso mandato de Senador. E Brasília também, meu caro Presidente, que é a sede das instituições da República cujos valores é preciso restaurar: o valor da moralidade, o valor da eficiência, o valor da transparência e da verdade, valores esses enxovalhados pelas administrações lulopetistas.

Fiquei em Brasília e me impressionei com o número de pessoas. Cheguei aqui, nas proximidades do Senado, passando por um viaduto que se sobrepõe à Esplanada dos Ministérios. Uma multidão alegre, uma multidão pacífica, uma multidão que era, ao mesmo tempo, portadora da indignação e portadora da esperança. A esperança da ação dos cidadãos que num belo domingo de manhã saem das suas casas, saem do seu círculo de vida privada e se projetam nas ruas dizendo: "Eu existo, eu sou cidadão, eu quero ser respeitado enquanto cidadão", uma multidão de pessoas que se dirigiu ao Congresso Nacional reivindicando, antes de mais nada, respeito à condição fundamental da cidadania. Uma manifestação tranquila, espontânea, não foi convocada por nenhum partido, por nenhum sindicato, por nenhuma corporação, não foi financiada por dinheiro público como costumam ser as manifestações dos chamados movimentos sociais que seguem a cartilha petista.

Ainda na semana passada, a Marcha das Margaridas reuniu-se no Estádio Mané Garrincha. Não sei se pagaram pela utilização do estádio, o fato é que deveriam ter pago, porque era dinheiro da Contag, que arrecada muito dinheiro e dele não presta contas para o Tribunal de Contas da União, como, aliás, nenhuma central sindical faz.

Agora, ali, nessa concentração que serviu de palco para o discurso da Presidente Dilma Rousseff e do ex-Presidente Lula, havia gente que foi conduzida para Brasília com recursos, entre outros, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Itaipu Binacional.

Imagine, Senador Cristovam Buarque, se essas mesmas empresas estatais estivessem financiando um movimento da oposição.

Nós não queremos. A força desse movimento que saiu às ruas no Brasil reside exatamente nesse seu caráter apartidário, nesse seu caráter, digamos assim, espontâneo que constituiu a ponta de lança, como a face mais visível de um imenso descontentamento da opinião pública contra o atual Governo, especialmente a revolta do povo brasileiro contra a corrupção, os valores astronômicos que são revelados a cada novo desdobramento da Operação Lava Jato que o brasileiro comum compara com o dinheiro minguado, com o dinheiro duro de ganhar no seu trabalho honesto para sustentar a si mesmo e a sua família.

Não houve dessa vez, Sr. Presidente, manifestações da Presidência da República. Da outra vez me lembro de uma entrevista coletiva desastrada do Ministro da Justiça e do Ministro Rossetto. Dessa vez o Governo resolveu se resguardar de um novo panelaço. A Presidente se reuniu com seus auxiliares mais íntimos para fazer um balanço dos acontecimentos. E esse balanço não deve ser medido apenas pelo número de pessoas que saíram às ruas nesse domingo. Há controvérsias sobre se foram 370 mil, 500 mil ou 1 milhão. É absolutamente irrelevante. O fato político maior é que os brasileiros se mobilizaram nas grandes cidades e também nas pequenas cidades. E se mobilizaram com energia, mostrando uma saúde cívica que precisa atingir as nossas instituições e precisa chegar ao Congresso Nacional.

Fui muitas vezes interpelado por cidadãos que encontrei aqui nas ruas a respeito do *impeachment*. Gostaria, Sr. Presidente, de falar sobre esse assunto. Não é possível esconder esse tema, que está na cabeça de to-

dos aqueles que querem um fim nessa situação, um fim que seja previsto na Constituição da República, um fim que nada tem de golpe, como dizem aqueles que defendem o governo, mas que quer pôr um fim a esse estado de coisas.

O *Impeachment* é um incidente previsto na Constituição. Todos nós sabemos disso. O Presidente Collor foi apeado do poder por este mecanismo: o *impeachment*. A sua consecução depende de duas circunstâncias que têm que existir conjuntamente: primeiro, um fato juridicamente caracterizado como crime de responsabilidade e, segundo, o apoio parlamentar, na Câmara dos Deputados, de pelo menos 342 deputados. Isso aconteceu quando o Presidente Collor foi suspenso de suas funções. A Câmara entendeu que o crime de responsabilidade estivesse configurado.

Na minha opinião, a definição do crime de responsabilidade alcança não apenas as pedaladas fiscais, não apenas a gestão presidida pela Presidente Dilma Rousseff das contas públicas, mas o ocultamento pela contabilidade da União da real situação fiscal do Brasil por expedientes dos quais ela tinha pleno conhecimento, e não poderia deixar de ter, porque muitas das medidas necessárias a revelar a real situação das contas do Brasil dependeriam de decreto dela, assim como me parece perfeitamente caracterizada também uma infração àquele princípio fundamental do qual decorre a obrigação de probidade, que é o de levar à responsabilidade agentes públicos subordinados a ela que tenham cometido atos de corrupção, pois a Presidente Dilma Rousseff não apenas tinha todas as condições de saber aquilo que estava acontecendo na Petrobras, pois Ministra das Minas e Energia e da Casa Civil e conviveu com diretores nomeados por Lula, mantidos por ela. E ela os manteve, mesmo depois de ter assumido a Presidência da República. O célebre Nestor Cerveró, lembremo-nos, saiu depois de todo o mal-estar causado pela sua participação na compra de Pasadena. Ele saiu da Diretoria Internacional da Petrobras e foi premiado com a Diretoria Financeira da BR Distribuidora, para continuar seu processo de assalto à empresa.

De modo que, juridicamente, na minha opinião, os fatos que estão tão bem amoldados à noção do crime de responsabilidade como aqueles que foram imputados, à época, ao Presidente Collor, que, diga-se de passagem, depois foi absolvido no Supremo Tribunal Federal. O problema são as circunstâncias políticas, as condições políticas.

Collor, na minha opinião, não foi afastado apenas por causa do Fiat Elba, da reforma da Casa da Dinda ou da Operação Uruguai. Collor foi afastado porque a hiperinflação voltou no governo dele. Depois de ter acenado com o Plano Collor como sendo a bala de prata para matar, em um único golpe, o leão, o tigre da inflação, depois de ter congelado a poupança e a conta corrente, com apoio do Congresso, que as pessoas, ainda que de malgrado, tenham aceito, muitas vezes reclamando, mas conscientes de que aquele era um sacrifício enorme que deveria ser feito para salvar o Brasil da hiperinflação, a hiperinflação voltou.

É claro que houve atitudes politicamente desastrosas do Presidente, mas o fato é que o substrato da sua queda foi a hiperinflação. Aí, sim, o seu apoio político se evaporou. Houve uma tentativa de recomposição do Governo com figuras respeitáveis como Célio Borja, como Celso Lafer, como Jorge Bornhausen, como José Goldemberg, como Marcílio Marques Moreira. Mas esse ministério de notáveis serviu apenas para fazer com que a situação se acalmasse transitoriamente, enquanto se urdia a transição em torno do Presidente Itamar. E quando essa transição se revelou, alicerçada com um acordo político suficientemente amplo e seguro, do qual todos os Partidos relevantes no Brasil à época, ou quase todos, participaram, inclusive, digamos o PT... Não nos esqueçamos de que a Deputada Luiza Erundina fez parte do Governo Itamar, ainda que depois tenha sido expulsa por isso desse Partido. Mas o fato é que toda a rede de proteção institucional estava montada. E, nesse momento em que a rede de proteção estava montada, o Presidente Ulysses Guimarães resolveu publicamente apoiar o *impeachment*. E deu-se uma transição tranquila.

Hoje, Sr. Presidente, embora o Governo esteja, na minha opinião, numa situação de incapacidade de governar, pela desconfiança, pela falta de apoio, pela inaptidão visceral da Presidente para exercer a liderança do País, pela ausência de soluções concretas para a crise que nos assola e que sejam reconhecidas pela população como soluções eficazes... Por isso, o Governo, na minha opinião, não consegue mais governar como se espera. O que o Governo faz é simplesmente se agitar para permanecer no Governo.

Não há uma mensagem clara que a Presidente dirija ao País. Ela ora se agarra à boia que lhe lança o Presidente Renan Calheiros, ora participa de um ato, no Palácio do Planalto, em que ela escuta sem pestanejar um discurso sedicioso do Presidente da CUT, ameaçando pegar em armas contra a burguesia. A sorte dela é que essa chamada burguesia, o grande empresariado, na voz de alguns dos seus representantes mais ilustres, exprime o temor de que os custos de um *impeachment* sejam mais graves, sejam mais pesados do que o custo da manutenção da Presidente Dilma, mas o fato é que ninguém hoje consegue imaginar o que serão os próximos três anos e meio até 2018.

Por outro lado, no campo político, o que nós temos é uma profunda desorganização, mais visível na Câmara dos Deputados do que aqui, no Senado. Atribui-se a desorganização da base política do Governo na Câmara a um bode expiatório ideal, o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. É a ele atribuída a responsabilidade pelas sucessivas derrotas que a Presidente Dilma colhe na Câmara dos Deputados.

Meus caros colegas, os Deputados rejeitam os projetos da Dilma, porque não querem proximidade política com a Presidente Dilma, temem o custo eleitoral do apoio à Presidente Dilma. Até mesmo Deputados petistas, na hora h, na votação de projetos polêmicos, ou se ausentam do plenário ou, alguns deles, importantes, votam contra o Governo.

De nada adianta a Presidente ter, na figura de Michel Temer, uma espécie de Subpresidente da República. De nada adianta, ter um Primeiro-Ministro na figura do Presidente desta Casa, Renan Calheiros. A Presidência da República, no nosso sistema político, não se delega! É a cúpula! A Presidência da República é o topo da estrutura política do País e tem um poder simbólico, um poder administrativo, um poder político que é indelegável. E esse poder não está funcionando.

Existe um pântano na política, na representação parlamentar, que são aqueles que sabem que é custoso apoiar o Governo, mas têm a esperança de extrair do Governo recursos úteis para a sua permanência e o seu sucesso político-eleitoral: as emendas, as nomeações. E fala-se despudoradamente! Eu, outro dia, vi, ouvi uma declaração de um líder partidário dizendo o seguinte: “Nós exigimos a Diretoria da Casa da Moeda!”

Essas coisas são ditas assim, com a maior tranquilidade, como se fossem legítimas essas negociações, negociações que são supervisionadas pelo Vice-Presidente Michel Temer, em uma supervisão, aliás, que não faz bem ao seu prestígio político, mas são executadas no jogo bruto do toma lá dá cá, pelo Ministro da Aviação Regional, com um único objetivo, um objetivo puramente defensivo de haver pelo menos 200 Parlamentares, 200 Deputados, para impedir que se atinja o número fatídico de 342 Deputados a favor do *impeachment*. Ora, uma base constituída dessa forma, um apoio parlamentar constituído dessa forma não produz massa crítica para a adoção de reformas ousadas, de programas de ação de longo prazo que são aqueles exigidos pelo nosso País e que foram tantas vezes esboçados, foram tantas vezes reivindicados, da tribuna deste Senado, por Parlamentares como o ilustre Senador Cristovam Buarque, que me dá a honra de assistir a este discurso e ao qual, logo mais, darei a palavra para um aparte.

Nessas condições, politicamente hoje, apesar do imenso movimento popular, as condições do *impeachment* ainda não estão reunidas. A chave, a solução desse problema está nas mãos do PMDB, Partido majoritário, Partido do Vice-Presidente da República, Partido do Presidente da Câmara, Partido do Presidente do Senado, Partido de alguns Parlamentares de notável valor, como, por exemplo, o Senador Romero Jucá, que cito entre outros, que, numa entrevista brilhante na *Folha de S.Paulo*, conjugou duas qualidades notáveis: a crítica dura ao atual Governo e, ao mesmo tempo, a expectativa de que surgissem soluções positivas para a crise.

Cabe ao Presidente da Câmara dar prosseguimento, tramitação a um dos inúmeros pedidos de *impeachment* que estão sobre a sua mesa. Se isso acontecer, Sr. Presidente, não tenho dúvida nenhuma de que o PSDB votará a favor. O Congresso estará pronto para sancionar a vontade, a intenção medida pelo calor das ruas, expressa, constatada em pesquisas de opinião que mostram que 70% dos brasileiros querem ver a Presidente Dilma pelas costas, mas não faremos nada, no que depender de nós, para agravar a crise.

Fala-se em diálogo. Foi uma palavra usada pela Presidente da República no seu discurso de posse. E depois? Que iniciativa de diálogo houve? Nada, apenas a arrogância de quem se considera dona da verdade.

Até mesmo esse ajuste fiscal – estamos terminando agora a última das medidas propostas pela Presidente para o ajuste fiscal. Pergunto aos meus colegas de oposição se algum deles foi consultado sobre o teor dessas medidas do ajuste. Senador Cristovam Buarque, diante da gravidade de uma crise fiscal, que foi encoberta pela Presidente durante a campanha, cuja solução – de curto prazo, pelo menos – é almejada por todos para estancar a sangria do Erário, não seria natural, normal que o Governo procurasse Parlamentares independentes, como o Senador Cristovam, como V. Ex^a, Senador Medeiros, ou Parlamentares da oposição, uma representação política que, afinal de contas, chegou perto dos 50% dos votos válidos no segundo turno? Não. Tenho impressão de que o Ministro Levy deixou-se contaminar pela arrogância e pela soberba da Presidente da República.

E nós tínhamos coisas, sim, a dizer. Tínhamos a dizer, por exemplo, que, quando se agrava o desemprego, não é hora de dificultar o acesso ao seguro-desemprego. Tínhamos a dizer também, como diremos na votação esta semana, que, na hora em que as empresas estão sufocadas – com juros altos, que não conseguem mais vender os seus produtos –, aumentar a carga de tributos que pesam sobre a folha de pagamento é uma insanidade que só vai agravar o desemprego.

Nós temos, sim, coisas importantes a dizer a respeito da política monetária praticada pelo Governo hoje. No entanto, não nos ouviram. Dispensam a voz da oposição, quando seria necessária grandeza, seria necessária autocrítica, seria necessário espírito público.

Mas nós não faremos nada para agravar. Pelo contrário: já estivemos e estamos permanentemente dispostos a discutir soluções positivas, inclusive muitas delas que constam deste pacote mal-ajambrado, mal-alinhavado, de 43 itens, que foi lançado pelo Presidente do Senado e que foi saudado pelo Ministro Nelson Barbosa como um grande fato histórico no Brasil, numa reunião com Senadores, no gabinete do Presidente, mas que contém medidas que nós estamos prontos a examinar, mesmo porque estão aqui, muitas delas, no Congresso há muito tempo, sem que o Governo tenha se disposto a apoiá-las, a impulsioná-las. Dizia o Governador Brizola que uma das funções do Presidente, ou do governador, ou do prefeito, em relação às Casas representativas é vaquejar – ele dizia –, é empurrar, é afastar os obstáculos, é negociar, é esclarecer, chamar a opinião pública. Nada disso foi feito. Muitas dessas propostas legislativas estavam aí dormindo, nas gavetas da Câmara e do Senado, sem que houvesse disposição do Governo para impulsioná-las.

Mas nós não faremos nada para agravar. Se houver esta solução, apoiaremos, mas a nossa estratégia é basicamente a estratégia eleitoral. É a crítica, que é a nossa função, é o nosso dever; uma crítica que, para ter credibilidade, precisa ser acompanhada também de propostas.

E o nosso papel é radicalizar as propostas que foram apresentadas pelo Presidente Aécio Neves durante a campanha eleitoral, as quais foram aceitas por uma boa parte do eleitorado. Precisamos avançar no rumo de propostas para a situação fiscal de longo prazo, o que passa necessariamente pela continuidade da reforma da Previdência, medidas para melhorar a produtividade do Brasil, para eliminar burocracia, medidas que se desdobram na política externa brasileira. Enfim, este é o nosso horizonte: 2016 e 2018.

Menciono, de passagem, as ações que nós, do PSDB, propusemos perante o Tribunal Superior Eleitoral. O TSE, como todos nós sabemos, é a corte de Justiça mais elevada do aparelho judiciário destinada a garantir a lisura e a lealdade das eleições. Pois bem, nós propusemos várias ações no TSE.

É direito nosso, direito de cidadãos, direito de pessoas que disputaram a eleição, direito de pessoas que são responsáveis por partidos políticos. Durante já a campanha, propusemos duas ações de investigação judicial eleitoral, denunciando o uso indevido dos Correios na campanha da Presidente Dilma. Logo depois das eleições, outra ação, denunciando presença de recursos ilícitos na campanha, que depois o tesoureiro do PT veio a chamar de «pixulecos».

Esses «pixulecos» ajudaram a financiar a campanha da chapa vencedora, e as evidências estão aí. Nós representamos ao Tribunal Superior Eleitoral exatamente para investigar gastos irregulares provenientes de receitas ilícitas. Isso ocorreu logo depois das eleições.

Estão lá. As ações foram recebidas pelo Tribunal, e não foram consideradas temerárias. Pelo contrário, o Tribunal verificou que havia, teoricamente, fundamentos de fato e de direito, como processadas foram, algumas delas estão agora no limiar do seu julgamento.

Mas quero esclarecer que isso não constitui objeto da ação político-partidária do PSDB neste momento. O que tinha que ser feito foi feito lá atrás, amplamente noticiado. E hoje eles hoje nas mãos do Poder Judiciário Federal, do Tribunal Superior Eleitoral.

Vão ser julgadas procedentes ou não e que desfecho terão não sei, mas é dever de um partido democrático bater às portas da Justiça Eleitoral todas as vezes que considerar que as eleições, mecanismos essenciais à manifestação da soberania popular, foram de alguma forma fraudadas, foram de alguma forma distorcidas por recursos ilícitos. Foi isso o que fizemos.

Ouçó o aparte do nobre Senador Cristovam Buarque, que há muito tempo vem solicitando uma palavra.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aloysio, faz talvez quatro meses, o senhor aí e eu aqui, nesta mesma posição, falamos na palavra *impeachment* talvez pela primeira vez. E fomos muito criticados, eu especialmente. E devo lhe dizer que, naquela hora, o que eu falei foi que *impeachment* não é golpe, embora eu achasse que era inconveniente. Mas golpe não. Está na Constituição, desde que se sigam os trâmites previstos ali, como seguiram no caso do Presidente Collor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Collor.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E eu inclusive faço questão de lembrar: não entrei naquilo. Não entrei. Porque nós tínhamos quase 30 anos sem eleição direta para Presidente. E o primeiro Presidente ter o seu mandato cassado traria um prejuízo, Senador, até pedagógico para o processo democrático. Brizola, talvez por essa relação que eu tinha, talvez influenciado por ele, também não entrou naquilo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade. E Ulysses entrou no final, se me permite. Apenas quando...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – No final. Aliás, no final, acho que todos entraram ou não ficaram fora, digamos assim. De lá para cá, nesses três ou quatro meses dessa nossa fala, e não sei se o senhor se lembra desse debate,...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Lembro perfeitamente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... as coisas evoluíram, e não para melhor, em relação ao Governo. Não foi para melhor. Não foi para melhor porque os dois fatos profundamente errados da Presidente Dilma apareceram mais: o fato dos erros da condução da economia, para o que nós aqui alertamos tantas vezes, no ano passado e até antes; e os erros das promessas equivocadas, que ela não cumpriu. Ao contrário, tomou posição contrária. De lá para cá, também o que a gente vê é o povo na rua. E aí é o que eu queria falar: o povo não se mobilizou ontem, como se viu, o povo está mobilizado há anos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –Está mobilizado. Esse é um fenômeno fantástico da democracia brasileira.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E da informática.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –Isso.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A mobilização hoje não é quando se está na rua. É quando se está no computador, falando com os outros e manifestando indignação. É quando se está acompanhando o que acontece pela mídia. Há uma guerrilha cibernética em marcha.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –Tão diferente do confronto entre movimentos de opinião em 64, por exemplo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Claro. E em que, para se fazer uma passeata, precisava haver panfletos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Panfletos.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Tudo isto: panfletos, jornal e televisão. Hoje, não. Cada pessoa tem uma trincheira na sua casa e rapidamente se mobiliza. Ilude-se quem fica contabilizando quantos foram, mais ou menos. A quantidade de gente que está na rua se mede em dezenas de milhões, só que não vão naquele dia, só que nem saem de casa, mas estão manifestando a indignação, estão carregando cartazes cibernéticos. Hoje, para você carregar uma faixa não precisa pintar a faixa, fazer a faixa, nem ir para a rua carregando com as mãos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) –Os *banners*.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Os *banners*. Hoje, você faz com os dedos no computador. O Governo, a meu ver, está enganado quando não percebe que a indignação é muito, muito maior do que o número de pessoas que vão à rua. Além disso, essa manifestação de hoje no Brasil pode não ter tido número maior de pessoas do que a maior de todas, mas teve o número maior do que a menor e, sobretudo, foi mais forte, ela teve mais direção, rumo nas suas críticas e, o que eu acho que foi muito interessante, não teve violência nenhuma.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pelo contrário, um clima alegre, a alegria de estar participando da vida pública, de estar na rua para influir no rumo dos acontecimentos no País.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – E a palavra *impeachment* se manifestou de maneira muito mais forte, muito mais forte do que até aqui. E aí eu entro na discussão. O que dá para perceber hoje é que há um divórcio entre as urnas e as ruas. As urnas em relação ao Governo Dilma – aí é mais óbvio que há um divórcio – e as ruas e nós também. E aqui uma coisa: é que não se pode exigir do povo interpretar a Constituição. O povo tem direito de pedir *impeachment* ainda quando não tivesse base legal. O povo, as pessoas têm. Nós aqui, não. Nós aqui só podemos levar adiante a ideia de *impeachment* na linha que o senhor falou, de cumprimento de todas as normas, regras, procedimentos, rituais que têm que ser feitos. Mas o povo hoje tem clareza de que quer, de fato, *impeachment*. Eu, pessoalmente, ainda não vejo os argumentos para votar por isso se chegasse aqui. Ainda não vejo. Preocupa-me – e aí quero pegar uma coisa que o senhor falou e que acho muito interessante, que é a transição tranquila que se fez na hora do Itamar – como fazer isso com uma transição tranquila. Porque não dá para aguentar um governo com o descrédito e a incompetência atual, com um ministério irrisório atual, embora tão grande, por mais três anos e meio. Isso não dá. O Brasil não aguenta, Senador Medeiros. Ao mesmo tempo, não podemos dizer – é fácil –: “O Governo é incompetente, não tem crédito, o Governo não tem um ministério competente. Vamos tirá-lo e colocar outro Presidente no lugar”, que já está escolhido, que é o Vice-Presidente, constitucionalmente. Se sair a Presidente Dilma, é ele que assume. Ainda não dá para a gente dizer que a solução é tão simples. Por isso, temos que construir uma transição tranquila, fazendo o que eu tenho chamado de a Dilma ser a Itamar dela própria – que todos acham que é impossível, mas não custa nada propor como alternativa –, ou seja, sem o *impeachment* do ponto de vista formal, mas ela já começar um novo governo com outras características, em que ela tenha que dizer para o Brasil que ela não é mais do PT. Ela seria do partido do Brasil.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O que, aliás, é próprio da função presidencial.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O que deveria ser próprio da função presidencial, mas não está sendo. Seja isso, seja ela compor um governo diferente, como fez Itamar, ou seja a transição de uma substituição com tudo isso que o senhor disse que se fez no momento do Itamar. E aí é que eu acho que o papel estaria nesta Casa. Nós temos um papel a cumprir. E eu creio que o diálogo tem que ser mantido entre todas as instituições, todas as autoridades, inclusive as que são repudiadas hoje, mas que ainda têm mandato, como o próprio Presidente. Eu sou favorável a que a gente dialogue ao máximo, sem abrir mão dos princípios, sem cair no oportunismo, porque uns estão dialogando para terem cargo; outros, para terem verbas; outros, pela simples atração que sentem pelo poder. Mas dialogar em função de um projeto nacional eu sou favorável a isso, até o último momento. Vai chegar o momento em que não vai dar para a gente saber, e esse momento pode ser o momento em que o povo não apenas vai ficar dentro de suas trincheiras pessoais, mas em que vai para a rua e vai ficar na rua. Uma coisa é uma passeata de um milhão de pessoas que sai às dez da manhã de casa e volta às duas da tarde. Outra vai ser quando cem mil, duzentas mil forem para a praça e não saírem mais, como aconteceu na Ucrânia faz pouco tempo, como aconteceu no Egito, como aconteceu na Tunísia, como acontece em muitos países, em que o povo toma a praça, não apenas se manifesta, não apenas faz passeata, que – já está dizendo – vai e volta. Eu temo que não vai demorar muito – se nós não formos capazes de fazer essa transição tranquila – para o povo fazer uma transição intranquila, passando por cima de todos nós aqui. E, finalmente, quanto ao que o senhor falou da mensagem, o que mais me incomoda é saber que o Governo continua tratando a relação com o povo com base no *marketing* político.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – No *marketing*.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – A impressão é de que a Presidente utiliza o que os locutores de televisão utilizam, um ponto, como eles chamam, para ficar ouvindo, e é tudo encenado. Ela tem que sair dessa encenação e vir eu acho que aqui mesmo, ao Congresso, desde que o Congresso queira – não pode ela simplesmente bater na porta e chegar –, e falar com a alma, com sentimento, e reconhecer que cometeu erros. Ela pode até dizer que os erros que ela cometeu foram para impedir que a crise 2008 chegasse aqui – pode ser isso –, mas que foram erros. Eu não quero tomar muito seu tempo, até porque sei de sua agenda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, V. Ex^a está me fazendo ganhar tempo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Por isso que lhe passei na frente. A Senadora Gleisi fez aqui um discurso interessante um dia desses, em que ela – não vou usar reconheceu, porque é capaz de ela não gostar – lembrou fatos que foram decisões da Presidente, mas que, segundo ela, impediram a chegada aqui, e que, de fato, custaram tanto que agora tem que haver o ajuste. Eu disse a ela: “Se a Presidente, durante a campanha, tivesse dito: ‘Eu consegui impedir que aqui chegasse a crise de 2008 dos Estados Unidos, eu consegui manter o emprego, eu conseguir que o dólar não estourasse, e a inflação não foi tanta como se imaginava. Mas, no próximo mandato, eu vou precisar fazer um ajuste. Votem em mim se quiserem, mas eu vou ter que fazer um ajuste’, seria outra a situação dela, ela teria credibilidade”.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Claro.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas ela disse o contrário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – “Está tudo bem.”

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – “Está tudo uma maravilha.” Aquelas propagandas daquele publicitário dela. Eu acho que se a Presidente Dilma, hoje, fizer uma análise de consciência, ela sabe que duas pessoas foram profundamente nocivas à história política dela: o Ministro Mantega e o publicitário João Santana. Essas duas figuras são as responsáveis pela tragédia. Ela mais, porque ela que aceitou. Se ela tivesse dito na campanha: “Eu vou ter que fazer um ajuste”, poderia até dizer que não era tão grande, mas ela disse que tudo era uma maravilha e que queria ela continuar a maravilha. E aí o povo não vai perdoar, não vai perdoar. O que a gente tem que saber é quanto tempo ainda aguenta ou como fazer essa transição entre duas coisas muito ruins para o Brasil, que são: a continuação do Governo que aí está por mais três anos ou o *impeachment*, pela segunda vez, depois de quatro Presidentes. Nós só tivemos quatro Presidentes eleitos – quatro – depois da redemocratização. Metade com mandato interrompido não é uma coisa boa para a história política. Agora, continuar o Governo que está aí é ruim também. Como é que a gente resolve? Um processo de transição, como o senhor disse, tranquila – não foi negociada, foi tranquila –, que exige muito diálogo, muito debate para saber: a Dilma consegue virar o Itamar dela própria ou a gente vai ter de fazer com que o Michel Temer seja o Itamar dessa transição? Essa é a pergunta que nós deveríamos estar nos perguntando, hoje à tarde, aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Agradeço muito. Como sempre, o aparte de V. Ex^a acaba sendo melhor do que o meu discurso, por mais que eu me esforce para isso.

V. Ex^a fala do diálogo. Diálogo pressupõe boa fé, pressupõe abertura de espírito para fazer críticas e para fazer também autocríticas, pressupõe legitimidade do outro para que os argumentos possam, em algum momento, se encontrar e estabelecer uma solução que possa até representar uma média das opiniões.

Acontece, meus caros colegas, que, até agora, as vezes em que a Presidente Dilma se dirigiu ao País e ao Congresso para tratar de assuntos, digamos, mais fundamentais, logo depois das manifestações de 2013, por exemplo, ela vem com a história de um pacto. São cinco pactos: pacto pela mobilidade urbana, pacto pela reforma política, pacto pela educação, pacto pela responsabilidade fiscal... E os pactos se esgotaram em um programa de televisão. Não houve sequer uma única iniciativa concreta para dar consequência a isso. Nada.

V. Exª sabe, aqui no Congresso, nós constantemente nos entendemos – situação e oposição – em torno da tramitação dos projetos que aqui estão. E, infelizmente, muitos dos projetos importantes que estão sendo votados e aprovados passam despercebidos em função da enormidade da crise política.

Agora, de nossa parte, temos, em primeiro lugar, um dever fundamental, que é o de representar aqui, no Senado e na Câmara, e no Brasil, a voz da oposição. Esse é o nosso dever fundamental.

O povo escolhe um governo e, ao escolher o governo, escolhe também a oposição. Para sermos fiéis a esse dever político, temos que exercer a oposição, criticando, cobrando, denunciando, apontando as incoerências. Mas esse nosso papel de oposição não nos impede de apoiarmos, virmos a apoiar propostas que nos pareçam adequadas ao País. Não nos recusamos a isso.

O que vejo é que é muito difícil, senão impossível, estabelecer um diálogo de boa-fé com a Presidente, quando, de um lado, um ministro da importância de um Aloizio Mercadante vem à Câmara dos Deputados e fala da necessidade de terem com a oposição um tratamento de respeito e de colaboração e, no dia seguinte, o programa de televisão do PT vem atacar, de uma maneira injuriosa, a oposição brasileira. Esse tem sido o discurso da Presidente Dilma depois.

O Ministro da Fazenda veio ao Senado, naquela reunião de que V. Exª, Senador Cristovam, participou, e falou da necessidade de estarmos juntos no ajuste fiscal. A Presidente Dilma vai à Marcha das Margaridas, à reunião com esses tais movimentos sociais, e porrete na oposição. Como é possível termos um diálogo produtivo e de boa-fé nessas condições?

O fato é que a crise vai se agravar. Não digo isso com alegria, mas basta olhar os dados da economia brasileira, para ver que as coisas não vão melhorar, pelo menos no curto prazo, especialmente o desemprego, o medo do desemprego e a inflação.

Esse pano de fundo vai contribuir para fazer com que a rejeição à Presidente cresça e vai diminuir a sua margem de manobra política.

O fato é que, hoje, vivemos uma situação de impasse. O Governo não consegue governar, e não há alternativa política para ele ainda configurada.

V. Exª, que viveu longas temporadas na França e fala francês correntemente, sabe que impasse é uma palavra francesa que significa beco sem saída. No sinal de rua, de trânsito na França, frequentemente quando há uma rua sem saída, há a palavra impasse. Ora, não há beco sem saída na política. A saída aparece. De um jeito ou de outro, a saída vai aparecer.

Nós temos de ser ativos para procurá-la.

Essa saída poderá ser, sim, a Presidente Dilma acertar o passo. Poderá. Se não acertar, ela cai; a Constituição tem o caminho para isso. E este é o roteiro, este roteiro do respeito à Constituição, do respeito ao mandato da Presidente, na medida em que ela consiga governar corretamente. Na medida em que ela consiga restabelecer a confiança e a governabilidade, ela tem todas as condições de chegar até 2018. Chegará? Não sei. Quero dizer que desejo que chegue, porque concordo que o caminho ideal é o Governo recuperar sua capacidade mínima de governar e que nós possamos chegar à data prevista no calendário eleitoral, de 2018.

Agora, por outro lado, se a crise econômica continuar forte, se ela se agravar, se as consequências sociais dessa crise levarem a esse estado de desespero do povo – que fará com que ele fique na rua não apenas durante uma breve passeata, mas por muito tempo –, se as revelações da Lava Jato prosseguirem e mirarem cada vez mais alto no nível de responsabilidades políticas pela instalação dessa quadrilha no topo do Governo, se o Tribunal de Contas cumprir efetivamente a sua função, se o empresariado, especialmente o empresariado do setor das comunicações, entender que o custo da permanência da Presidente é maior do que o custo da sua saída – se isso acontecer, o PMDB desembarca. A Constituição nos dá o caminho para a saída, que é o *impeachment*, e o PSDB votará a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Aloysio, pela brilhante fala e esse relato pós-manifestações que aconteceram ontem no País.

Agora, com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Medeiros, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, mais uma vez o povo brasileiro foi para as ruas – e foi para as ruas em centenas de milhares. Pode-se discordar do tamanho exato da quantidade de pessoas, mas não se

pode deixar de perceber que o povo foi para a rua em centenas de milhares, ou seja, ou um pouco mais ou um pouco menos de um milhão de pessoas. E isso não é pouco, Senador.

Não se trata de pessoas que apenas manifestaram-se conversando sobre o Governo. Não; pessoas que saíram de casa em um domingo para ir à manifestação. E o que se pode depreender disso, em primeiro lugar, é que essa não foi a maior das manifestações em número de participantes; nem foi menor do que as menores, mas foi a mais forte. Isso fica claro.

Mais forte no sentido de que não houve manifestações de golpistas, salvo raríssimas exceções. Nas anteriores, tinha mais. “Queremos os militares de volta”, não teve.

Segundo, não teve violência. Não teve aqueles mascarados fazendo balbúrdia, baderna. Não houve. Ela foi firme no sentido de “não” à ideia de volta de regime militar e “não” à violência. Mas ela foi firme também em outra coisa, ela foi firme na mensagem. É a primeira vez que a gente vê com clareza a mensagem de *impeachment* predominando sobre todas as outras. O *impeachment* na palavra, em bandeiras imensas, ou *impeachment* sob a forma de “Fora Dilma”, “Fora PT”, que é o principal Partido do Governo, embora a gente esqueça que não é o único, porque o PDT também faz parte; o PMDB também faz parte; o PCdoB também faz parte e tantos outros, uma verdadeira sopa de letrinhas na composição desse Governo.

Então, essa foi, sem dúvida alguma, a mais forte das manifestações, sem falar da grandeza fundamental de ser a terceira, se eu não me engano, das grandes e ser mais uma das centenas de manifestações que, todos os dias, aparecem neste País, em frente ao aeroporto, em frente a um *shopping*, em frente a uma escola, no meio de uma rua. O Brasil está em ebulição já faz alguns anos. Em ebulição.

Além disso, a gente tem que entender o momento de hoje. Hoje as pessoas se mobilizam sem sair de casa, através da internet, como há pouco conversávamos. Cada casa com computador é uma trincheira de luta. E é uma trincheira que mobiliza as pessoas fisicamente para irem para um lugar. Eu tenho chamado isso, Senador, desde antes mesmo do senhor estar aqui conosco, de guerrilha cibernética. É uma guerrilha que se faz por meio da informática.

Essa é a terceira das gigantescas, e é a centésima, ducentésima alguma coisa das pequenas manifestações. O povo, na verdade, está mobilizado e na rua. A gente tem que entender isso. Mas tem que entender também que o pior está por vir. Disso eu não tenho a menor dúvida e lamento muito dizer: o desemprego vai crescer. E vai crescer trazendo uma onda de indignação ainda maior e em camadas mais pobres da população.

A inflação não está sob controle, como tenta dizer o Ministro, como tenta dizer a Presidente, como tentam dizer aqui os representantes do PT, que fazem discurso como se estivessem no paraíso.

Eu confesso, Senador, que, na quarta ou quinta-feira, quando veio aqui o Ministro Levy, não sei se o senhor estava presente, na sala do Presidente Renan, eu fiz uma pergunta a ele, na verdade duas, eu fiquei surpreso de como ele nem respondeu. Eu disse: “Ministro, eu tenho duas perguntas muito rápidas para lhe fazer. Quais são as suas maiores preocupações e em que nós podemos ajudar para superá-las?” Não respondeu. Ele não tem preocupações, é como se fosse o Ministro da Dinamarca, ou da Suíça, ou de Marte, talvez.

Isso é que assusta, porque o pior está para vir. E a gente tem que enfrentar isso, em vez de se esconder. Há anos eu digo aqui dessa crise, escrevi, Senador, tenho um livrinho assim, de dois, três anos atrás, chamado, “A economia está bem, mas não vai bem”. Quinze pontos que a gente previa que iriam trazer problemas, e era ridicularizado o discurso, era tido como coisa de negativista, pessimista.

Não há nada pior, quando a gente quer ajudar um povo, do que esquecer os problemas que vêm adiante. O poder cega, e essa cegueira é uma tragédia para quem está no poder e para o povo também. O pior está para vir. E não reconhecer, não dizer, enganar o povo é trair, é traição. Esconder a tragédia é traição. O Brasil foi traído pelo discurso ufanista que o Presidente Lula fez, que o Governo fez, que o PT fez. Um ufanismo mentiroso que levou o País a essa situação.

Eu não minto. O pior, lamentavelmente, está para vir. O dólar vai continuar crescendo, e o dólar crescendo até melhora a nossa indústria de exportação, mas piora a inflação, porque cada coisa que se usa, produzida no Brasil, com componentes importados, sobe de preço, aí o produto sobe também. E com a globalização, é raro o produto que não é importado.

Eu, como nordestino, adoro tapioca. Massa de tapioca é uma coisa fundamental. A massa de tapioca tem um conteúdo importado no saquinho em que vem guardada, na máquina que é usada para produzir. Tudo tem um conteúdo importado. E o dólar não vai baixar. E se baixar será ao custo de o Governo comprar dólar no mercado, e aí as nossas reservas vão lá para baixo. Sabe o que acontece quando as reservas caem? A credibilidade cai e aí deixa de ser investido dólar aqui, e aí o dólar sobe de novo.

Economia não se faz com brincadeiras, e o Governo fez muitas brincadeiras nos últimos anos com a economia. Aqui a gente falava: os pacotes. Economia com base em pacote não funciona, porque exige mais pacotes. E quantos pacotes o Governo fez de desoneração disso, depois desoneração daquilo, de baixa da tarifa

de energia elétrica. Então, o pior está para vir nas tarifas. As tarifas vão ter que subir ainda. É uma ilusão achar que não vão subir as tarifas públicas. A recessão. Não chegamos ao fundo do poço. E a Lava Jato. A Lava Jato ainda vai trazer coisas muito sérias, gerando uma crise ainda maior na popularidade da Presidente. Abaixo de 8% é quase impossível, mas é capaz.

Mas sabe o que eu acho, Senador, que é o pior que pode vir na popularidade? Não é nem ela cair para 7%, é ela subir para 9%, e o Governo comemorar como se fosse uma grande coisa. Vai ser uma desmoralização o Governo comemorar que a popularidade da Presidente subiu para 9%. É uma desmoralização completa, mas pode acontecer.

Então, o pior, a meu ver, está para vir. Mas tem uma coisa mais grave: é o divórcio que existe hoje entre as ruas e as urnas, as ruas e as urnas que elegeram a Presidente.

Há um divórcio completo entre o Governo Dilma e aquilo que as urnas falaram e o que as ruas estão falando. E isso vale para quase todos os governadores e prefeitos. Há um divórcio entre a vontade das ruas e a vontade das urnas, que somos nós aqui. E esse divórcio pode trazer problemas muito sérios, porque o povo está dizendo coisas que nós não dizemos aqui, até porque nós temos uma responsabilidade ao falar aqui, com a Constituição, que as pessoas não têm necessidade de ter, interpretando a Constituição.

O povo está com raiva, o povo quer mudar o Governo. Não tem a obrigação de saber se isso fere ou não a Constituição. Essa é sua obrigação, essa é minha obrigação, essa é obrigação dos juízes. O povo tem a obrigação de manifestar a sua indignação.

E aí a gente vai ter uma dificuldade: como é que nós vamos agir, se o povo quer mudar o Governo antes que termine o mandato da Presidente, e nós sabemos que isso hoje fere a legalidade, fere a Constituição? Nós vamos nos isolar, ou nós vamos embarcar no populismo.

Isso vai chegar aqui, porque com o crescimento, com o agravamento, vai haver um aumento da vontade de interromper o mandato da Presidente, e se demorar muito, de todos nós também. Virá faixa que “todos se vão”, que “todos partam”, que “saiam todos.” Vai chegar a isso. Como é que a gente vai resolver esse problema, Senador?

Entre nós sermos os zeladores da Constituição, junto com a Justiça, nós queremos falar o que o povo quer ouvir, e essas duas coisas se chocando, só há uma maneira: um grande diálogo nacional, um grande debate. Não podemos ter medo do debate, nem do diálogo. O Senador Aloysio há pouco falou aqui que não se pode fazer diálogo com quem a gente não leva a sério, porque não tem mais legitimidade. Mas eu acho que o Governo atual está sem legitimidade, Senador.

Mas há a legalidade ainda. Pela legalidade, o mandato da Presidente vai até o final de 2018.

Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Mas, Senador Cristovam, V. Exª tocou num ponto muito importante e preocupante, que é essa dicotomia entre as ruas e a legitimidade de quem está no poder. E que abrange todos. Esse alerta é muito importante. Em determinado momento, quando da Queda da Bastilha, foi muito interessante o final do dia do comandante daquela prisão. Ao entregar o serviço para o outro, ele escreveu: “Um dia normal, com alguns distúrbios nas ruas”. Poucas horas depois, a cabeça dele estava nas ruas, na ponta de uma lança. A França foi varrida. Aparentemente, este Governo tem se comportado desta forma: não dá importância a essa gritaria. Mas o alerta de V. Exª serve para todos. Poderemos ser todos varridos porque o povo está demonstrando. Já veio em 2013, veio depois e depois, de forma ordeira, pacífica, mas demonstrando sua indignação. O seu alerta vai mais longe ainda e poucos notaram isso. Aquela amostra dos que foram à rua, comemorada pelo Governo – e que foram poucos –, na verdade é um concentrado e uma pequena essência do que, na verdade, está mobilizado em todo o País. A própria popularidade da Presidente da República demonstra e confirma a sua fala: a população não está se mobilizando, ela está mobilizada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Esse alerta nós temos de ter em mente e observar seu raciocínio. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Além disso, Senador, a paciência está se esgotando. Se vocês prestam atenção às falas, nas manifestações de antes e nas de ontem, sentem que o povo tem menos paciência hoje. Está se cansando, se esgotando, como aconteceu na França, como o senhor disse, e como aconteceu agora, na Ucrânia – não faz dois anos –, em que o povo foi para a rua uma vez, foi depois, e depois foi e ficou na rua e só saiu quando o presidente pegou o avião e foi para a Rússia, exilado.

Nós estamos brincando com fogo. O povo ainda foi e voltou para casa. Não vai demorar, o povo vai para a rua e fica na rua. Não será um milhão de pessoas, mas que sejam 100 mil, espalhados em cinco ou seis lugares, o que fará inviável o funcionamento da sociedade. Para tudo. É como se fosse uma greve geral. E nós, parece que não estamos alertas. Agora, eu insisto – e sei que não é compreendido em geral – que é preciso diálogo.

Não é compreendido, Senador, porque nós entramos em um Fla x Flu da política. A política é, hoje, PT e PSDB, ou a política é: fica Dilma ou fora Dilma. É isso o que está. Chama-se dicotomia a isso. Isso não é bom. A gente tem de pensar, tem de entender, tem de compor. Mas, como dizia aqui o Senador Aloysio, se não há respeitabilidade, não há diálogo. Com isto estou de acordo: tem de haver respeito mútuo. E não está havendo respeito da parte do Governo para conosco. Os discursos são grosseiros, arrogantes. Mesmo assim, há meses tenho dito aqui que é preciso haver diálogo e que é preciso ouvir.

Na semana passada, Senador, finalmente, eu recebi o convite para ir conversar com a Presidente da República, junto com um grupo de Senadores independentes. E tentamos até encontrá-lo, Senador José Medeiros, mas o senhor estava viajando, para ver se V. Ex^a queria ir também nesse bloco, porque nós o consideramos independente.

E nós fomos. Eu fui. Nunca havia conversado com a Presidente, apesar de ter 12 anos de mandato, de ter sido do Partido dos Trabalhadores, e de ter sido, inclusive, Ministro da Educação, durante um curto tempo, em que ela era também. Eu já a havia cumprimentado, já havíamos falado em pé, em solenidades, mas nunca tinha tido conversa. Fomos. E eu fui com a certeza de que ela nem iria ouvir, por isso levamos por escrito uma carta, assinada pelos seis Senadores que foram, e a entregamos. E essa carta tinha alguns pontos que eu acho importante falar.

O objetivo central da carta, nós dizíamos, Senador José Medeiros, era dizer: Presidente, nós temos três alternativas adiante. Nós temos a alternativa do *impeachment*; nós temos a alternativa da cassação pelo TSE e nós temos a alternativa de continuar um Governo sem credibilidade e sem competência nem capacidade de gestão. Estou fazendo acusações graves de coisas que são visíveis, mas colocamos na carta que entregamos. As três alternativas são complicadas, dizíamos. As três sacrificam o País.

Cassação é uma coisa muito grave. Cassar o mandato da Presidente, do Vice-Presidente e entregar o poder ao Presidente da Câmara dos Deputados – isso é grave para o País – e fazer uma outra eleição em 90 dias, isso não vai ser uma coisa tranquila.

O *impeachment* é grave, não tanto quanto a cassação, porque temos um Vice-Presidente que assume, mas é uma perturbação do processo. Estou supondo dentro da legalidade, da Constituição, do respeito à ordem, que, sim, permite *impeachment*, como foi feito no caso do Presidente Collor. Dizer que é golpe o *impeachment* da Presidente Dilma é reconhecer que houve golpe contra o Collor, e não houve golpe. Duas alternativas ruins.

A terceira é ruim para o Brasil: mais três anos e meio de um Governo na atual circunstância. O que é preciso fazer? Diálogo, um debate para qualquer das três. A solução tem que ser fruto de um grande acordo nacional em que todos digam: “Esse é caminho”, ou a maioria, pelo menos, como se fez quando Itamar assumiu tirando Collor.

Pois bem, para se fazer isso nós dissemos, na carta que entregamos lá, que queríamos sugerir alguns pontos para ela fazer para retomar a credibilidade.

Primeiro, ela tem que reconhecer os erros que cometeu em dois momentos. O erro que cometeu durante a campanha eleitoral, prometendo coisas que não fez e que não ia fazer – e qualquer pessoa minimamente lúcida sabia que não ia fazer do jeito que dizia –, que ia fazer de outra maneira porque precisava, sim, de um ajuste; e a outra, os equívocos durante a política econômica, graves erros, que nós dissemos aqui, que muitos de nós avisamos. Tem que reconhecer, ainda que possa dizer, sim – e não estaria errada –, que ela cometeu os erros com a boa intenção de querer evitar que aqui chegasse a crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e na Europa. Então, foram erros de boa-fé, mas foram erros, Senador Acir, que estava presente na reunião.

O segundo ponto é que tem que dizer que, a partir de agora, diante da crise, a Presidente pertence ao partido Brasil, não ao PT, nem ao PDT, nem ao PMDB, nem ao PCdoB, a nenhum dos partidos da sua Base; ela é de todos. Tinha que assumir isso.

Terceiro, uma sugestão: que ela viesse falar para o povo brasileiro, aqui, no Congresso. Mas por que aqui? Primeiro, porque aqui é a Casa do povo – temos que tentar que o seja – e segundo, Senador, porque elaalaria sem *marketing*, sem marqueteiro, como é o que acontece quando prepara um discurso pela televisão, que é lido ou, se não for lido, é dito pelo marqueteiro. Falar aqui, nesta tribuna, naquela ali, da mesa, e falar ao povo brasileiro.

O outro é reduzir o número de ministérios e melhorar o ministério, porque reduzir o número de ministérios todo mundo já fala, mas melhorar o ministério não se tem falado, e isso está sendo necessário fazer.

O outro ponto é ouvir as vozes do povo na rua e as vozes de todas as lideranças, inclusive da oposição.

É preciso ouvir, mas ouvir de verdade, como, aliás, ela nos ouviu, porque nós fomos lá temendo que ela nem ouviria. Por isso levamos a carta. Se não ouvisse, deixaríamos a carta. Não só ela ouviu a conversa durante um bom tempo, como a carta foi lida pelo Senador Lasier, porque é o que tem a melhor voz aqui, como jornalista e locutor que é. Ele leu a carta, e ela respondeu bem a cada ponto.

Em um dos pontos, ela não o recusou, mas disse uma coisa, e ela tem razão. Nós nem deveríamos ter colocado ali aquele ponto. Era o ponto de que ela deveria dar mais importância à Lava Jato. Mas ela lembrou uma coisa verdadeira: em nenhum momento na história deste País, o Ministério Público e a Polícia Federal foram tão independentes do governo como no Governo dela. Isso é verdade, eles estão fazendo o trabalho completamente. Nós nem deveríamos ter colocado aquele ponto, porque não era necessário.

No resto, ela manifestou entendimento. Não se comprometeu com nada. Não disse: “vou fazer”. Não. Mas manifestou sensibilidade, o que, a meu ver, abriu margem para isso que eu falo que é procurar um caminho. Que qualquer das três alternativas a gente construa com o acordo das ruas e das urnas. E das urnas – tenha ou não tenha legitimidade, a legalidade garante o mandato.

Para concluir, Senador, eu quero dizer que, no final de tudo isso, eu puxei do meu bolso um cartão de visita e entreguei para ela, “aqui está o meu cartão de visitas”, com o que eu simbolizei algumas coisas. Primeiro, Senador Acir, é que eu tenho tão pouca intimidade com ela que eu passei um cartão de visita. Você não passa cartão de visita para irmão. Você não passa cartão de visita para amigo – “Está aqui o cartão de visita”. Segundo, para dizer, e eu falei isso: quando a senhora quiser conversar sobre algum artigo ou discurso ou posição que eu tenha feito, aqui está o meu telefone. É o diálogo isso. É o diálogo, porque eu vou continuar fazendo discursos críticos, como estou fazendo este, mas não fugindo de um diálogo entre todas as forças deste País.

Nós precisamos de um diálogo entre as ruas e as urnas. E entre nós que saímos das urnas e, às vezes, não dialogamos entre nós, não conversamos, não procuramos um caminho para que este País vá muito além de 2018, muito além de agosto, setembro, outubro, novembro.

Esse diálogo eu vou continuar insistindo, porque isto aqui se chama Parlamento. Parlamento significa o lugar onde se parlamenta; parlamentar significa conversar; e conversa significa diálogo. E tem mais: diálogo não é entre quem pensa igual. Diálogo é entre quem pensa diferente. Aliás, essa é a razão pela qual eu não fui, não aceitei o convite de ir ao Palácio da Alvorada debater como Senador da Base de Apoio. Eu disse: não vou. Não vou, primeiro, porque há o Líder que me representa, que é o Senador Acir; segundo, porque não se dialoga entre 40 pessoas; e, depois, porque Base de Apoio, em geral, aplaude, não dialoga, não debate. Então, eu disse: não vou. Mas vou, sim, quando for para dialogar.

Aqui também está o Senador Capiberibe, que estava presente, com os nossos outros Senadores. Eu creio que foi um ponto importante, bom, positivo. Eu estou satisfeito de ter feito aquele gesto e, inclusive, de ter dado o cartão de visitas, no final, para que ela soubesse onde me encontrar, se eu puder ajudar no diálogo sem abrir mão daquilo que é fundamental: este Governo se recompor, corrigindo os erros que cometeu e comete; depois de reconhecer que cometeu esses erros.

É isso, Senador. Eu quero...

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o maior prazer, Senador Acir.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT - RO.) – Uso este aparte para cumprimentá-lo não somente pelo seu pronunciamento, mas pelo trabalho que V. Exª fez com relação a essa vontade de querer conversar e dialogar com o Governo, através, evidentemente, da nossa Presidenta. E lembro muito bem que, nesse encontro, a Presidenta ainda lhe disse: “Eu leio seus artigos e concordo com eles”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Foi, é verdade. *(Risos.)*

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT - RO.) – “Concordo com eles.” *(Risos.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Seria muita pretensão eu reconhecer isso aqui, Senador Acir, mas fico satisfeito que o senhor tenha dito isso.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Apoio Governo/PDT - RO.) – Ela lembrou e disse: “Você sabe, Cristovam, que eu concordo com eles.” Então, foi muito positiva realmente a posição de V. Exª, como também a posição do Senador Lasier, do Senador Capiberibe, do Senador Randolfe, da Senadora Lídice da Mata. Eu entendo que este é o caminho: o diálogo. E o diálogo é para se fazer com ideias diferentes, como V. Exª muito bem colocou. Se formos dialogar todos pensando da mesma forma, o diálogo será improdutivo. Então, o diálogo em que se levam sugestões, em que se faz, como a Presidenta fez, ouvindo, eu entendo que é da maior importância para o nosso País. É aquilo que V. Exª sempre colocou: V. Exª quer conversar, quer dialogar e quer levar as suas sugestões. Eu entendo que assim se faz política. Eu acredito que, a partir desta crise que temos neste momento – crise econômica, crise política –, nós sairemos muito mais fortalecidos, principalmente as instituições. O Brasil, com certeza, sairá muito mais fortalecido após a crise. Então, continuemos dessa forma, sem apontar os defeitos do Governo, como V. Exª faz, assim como eu faço. Essa questão da alta dos juros é um problema que estamos enfrentando. Eu entendo que não é esse o caminho para sairmos da crise. Tirarmos o dinheiro do mercado produtivo e colocarmos no mercado financeiro é um retrocesso muito grande, nós estaríamos retrocedendo vinte anos, quando víamos os maiores lucros serem dos bancos e não da classe produtiva do nosso País. Mas con-

tinuando o diálogo para levar aquilo que entendemos que é melhor para a população brasileira. Então, meus cumprimentos não somente pelo pronunciamento, mas por toda aquela ação que foi feita na semana passada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Acir, foi bom o senhor falar, porque até reconheço que quem tentou juntar, quem conversou fui eu, o Capiberibe, mas, no fim, no fim, aquele encontro foi o senhor que propiciou, foi o senhor que foi o intermediário, foi o senhor que fez o contato. Talvez até a gente ainda estivesse esperando aqui a possibilidade desse diálogo. Então, quero aqui, de público, reconhecer que foi o senhor que tomou essa iniciativa e fez os contatos para viabilizar aquele encontro.

Senador Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Cristovam, Senador Gurgacz, participamos seis Senadores desse encontro, e acho que foi muito importante esse diálogo com a Presidente Dilma. Foi levantada aqui a questão dos artigos de V. Ex^a, dizendo que a cidadã Dilma concorda, mas a Presidente Dilma tem outra posição. Porque há uma diferença. Como cidadã, certamente ela estaria fazendo tudo diferente do que fez na campanha. Porque os equívocos começam, Presidente, na campanha: acenar com possibilidades que já se tinha certeza de que não seriam cumpridas, como, por exemplo, a redução da tarifa de energia. Já se sabia que não poderia ser cumprida, mas a estrutura de campanha, composta por uma diversidade enorme de partidos políticos, considerava que os meios justificavam os fins, e valia, inclusive, mentir para a sociedade brasileira. Eu tenho certeza de que a cidadã Dilma nunca aceitaria isso, mas a camisa de força que é imposta às pessoas físicas que se transformam em pessoas públicas são infinitamente poderosas. A cidadã Dilma concorda plenamente com seus artigos, como tantos brasileiros, só que ela depende deste Plenário, ela depende da outra Casa, ela depende de uma série de fatores, de categorias importantes, como foi citado agora pelo Senador Gurgacz, como os banqueiros. Os lucros dos bancos estão acima do Estado, estão acima da política, estão acima de todos nós. Mas eu fiquei satisfeito em ouvir a Presidente Dilma. Discordei dela em alguns momentos, mas quero concordar com uma coisa: ela não deve. Ela não deve e, se ela não deve, não há a menor possibilidade de *impeachment*. A única possibilidade de *impeachment* seria se, de fato, houvesse uma digital nas investigações que estão sendo conduzidas de maneira absolutamente inédita no País. As investigações estão sendo conduzidas de maneira que só a democracia permite. Não haveria como fazer nem revelar à sociedade a dimensão, o tamanho da corrupção lá atrás, na ditadura. Senador Cristovam, o Juiz Baltasar Garzón nos revela que a corrupção do Brasil era fortíssima na ditadura e a transição não combateu isso. Aqui a ditadura não apenas assassinou, torturou, exilou brasileiros, mas também desviou fortunas. E, naquela época, aí de quem denunciasse um crime de corrupção. Portanto, eu vejo que o nosso diálogo com a Presidente, a manifestação de milhares de pessoas na rua, as investigações da Lava Jato, que ninguém vai deter, é um sinônimo de que estamos com nossas instituições funcionando e a democracia muito forte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

Eu também creio que valha a pena lembrar que havia, sim, corrupção antes. Mas há uma diferença: eu fui do Partido dos Trabalhadores que prometia que, no nosso governo, não haveria mais corrupção. E que não cumpriu. E talvez até tenha agravado.

Nós prometíamos que, no governo do Partido dos Trabalhadores, nem ladrão conseguiria roubar, porque nós construiríamos uma forma tal de honestidade no governo que, se alguém virasse ladrão ali dentro, ele não ia conseguir roubar. E, no fim, o que nós vemos é uma tolerância muito grande, e a Lava Jato está mostrando isso. É uma rede, Senador Ataídes, que foi eu não digo iniciada, mas mantida, pelo menos, e até mesmo, provavelmente, ampliada – provavelmente, eu não posso garantir.

É isso que frustra, e frustra também quando nós vemos alguns dizendo: mas todos fazem lá no governo. Não se pode falar isso. Não existe isso de todos fazem. Nós estamos aí para deixar que não se faça. Esse é o nosso compromisso. Mas, pelo menos agora, graças à democracia, que também não é um produto do atual governo, é a democracia construída com a Constituição de 1988, nós podemos divulgar tudo o que se sabe pela mídia e temos juízes, como o Juiz Moro, temos Ministério Público, como o Procurador Janot.

Felizmente, temos a democracia e, agora, precisamos usá-la para punir quem roubou e criar vacinas, para que ladrão não consiga roubar, mesmo que eles continuem por perto dos governos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Cristovam.

Como sempre, V. Ex^a engrandece esta Casa com avaliações que fazem o País refletir. O Parlamento é isto: trazer reflexão, fazer com que nós possamos trazer os inúmeros debates que estão no seio social e discuti-los aqui, para que nós possamos avançar e sair do Fla-Flu, sair dessa ideia de que eu roubei, mas vocês também roubaram. Isso é um absurdo. Isso, do ponto de vista do cidadão, é um absurdo. Ele não consegue compreender isso.

Meus parabéns, porque é isso que a população brasileira, com certeza, também pensa, porque todo dia ela se levanta e vai trabalhar e não admite, por exemplo, que um sujeito roube fortunas, lave esse dinheiro através de um escritório de advocacia e vá para a praia fumar um charuto. Isso é uma coisa que não se aceita mais, e V. Exª traz isso aqui hoje. Meus parabéns.

Eu queria registrar aqui a passagem, nas galerias, dos estudantes de vários cursos superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, participando do encontro de empresas juniores, que vieram aqui fazer uma visita ao Senado Federal brasileiro.

Agora, com a palavra, pela liderança do PDT, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, nossos amigos que nos acompanham e que nos visitam aqui nas galerias, sejam sempre bem-vindos ao Senado.

Inicialmente, Sr. Presidente, faço um registro sobre o encontro das mulheres do PDT na cidade de Ji-Paraná, que aconteceu no último sábado, dia 15. Minha saudação à Presidente Estadual da AMT, Marli Mendonça; à nossa Presidente Municipal de Ji-Paraná, que promoveu o encontro, Vereadora Silvia Cristina. Estiveram junto conosco a Ana Maria, que faz um trabalho muito grande à frente das questões sociais do PDT; o nosso Prefeito Jesualdo Pires, de Ji-Paraná; o Vice-Prefeito, Marcito; o Deputado Estadual Airtton, que faz um trabalho importante no nosso Estado de Rondônia, Deputado Estadual representando o nosso Município e a cidade de Ji-Paraná; e também o Vereador Jessé.

Esteve também conosco o Vereador Edivaldo Gomes, que fez um questionamento importante com relação ao credenciamento de médicos ao INSS na cidade de Ji-Paraná, pois só temos um médico credenciado pelo INSS, que não tem condições de atender toda a demanda. Nós já estamos em contato com o Ministro Gabas, para que a gente possa achar uma solução.

Então, agradeço ao Edivaldo Gomes, Vereador de Ji-Paraná, a sua reivindicação. E nós estaremos levando adiante a sua reivindicação legítima, preocupado com a população do nosso Município de Ji-Paraná.

Meus cumprimentos a todas as mulheres do PDT que participaram desse encontro. Foi o dia todinho em Ji-Paraná. Mulheres de Porto Velho, de Espigão D'Oeste, de Alvorada, evidentemente de Ji-Paraná e de vários outros Municípios, que participaram também.

Então, meus cumprimentos à Marli, à Ana Maria, que esteve junto, presente, ao nosso Prefeito Jesualdo, ao Marcito, ao Deputado Airtton Gurgacz, que participaram.

Sr. Presidente, o Brasil viveu ontem mais um dia importante na história da nossa democracia. Um dia de manifestações nas principais capitais e também em muitas cidades do interior. A população foi mais uma vez às ruas para se posicionar com relação ao momento difícil que atravessamos, de crise política, de crise econômica e de enfrentamento à corrupção. Este, eu diria, é o ponto mais importante que atravessamos neste momento: o combate à corrupção. É onde está a saída da crise econômica e da crise política brasileira. Entendo que é o ponto mais alto que nós estamos vendo acontecer não só os movimentos nas ruas, mas com várias operações, não só a Operação Lava Jato, mas várias operações em várias cidades brasileiras, como em Vilhena também aconteceu.

Então, as críticas e palavras de ordem contra o Governo que marcaram essas manifestações desde junho de 2013 e que se intensificaram no período das eleições presidenciais, em 2014, também se repetiram nesse domingo. Mas as preocupações com o agravamento da crise política e econômica que enfrentamos, com as ameaças sobre o emprego, a estabilidade econômica e todas as conquistas sociais das últimas décadas deram um tom mais cauteloso e propositivo para as manifestações. Ficou claro que o foco das organizações das manifestações era alimentar o *impeachment* da Presidenta Dilma, atacar o PT e o ex-Presidente Lula.

A redução do número de participantes ou de cidades envolvidas não é o mais importante neste momento. O importante é que as manifestações foram pacíficas e que os manifestantes colocaram o Brasil acima dos partidos.

Mesmo com as tentativas de manipulação pelos organizadores, as manifestações foram plurais e legítimas, o que só fortalece a nossa democracia, principalmente a maneira pacífica como a população toda saiu às ruas. Em todas as cidades brasileiras onde houve manifestação foram manifestações pacíficas, não houve enfrentamento. Isso é o fortalecimento da democracia brasileira. Aliás, esse é um novo elemento que as manifestações desse domingo trouxeram para o debate político. A convergência das principais forças políticas e econômicas do País na defesa do Brasil e pela governabilidade, que ganhou força na semana passada aqui no Senado, também ganhou as ruas nesse domingo.

O Brasil acordou para os riscos de a crise política contaminar ainda mais a nossa economia e também aderiu à palavra positiva para o debate. No meu ponto de vista, a população brasileira está despertando para o que realmente está em jogo, está se dando conta de que a disputa eleitoral já acabou e que o futuro do Bra-

sil passa, sobretudo, pelo fortalecimento das instituições democráticas, o combate sistemático da corrupção e uma agenda positiva para atravessarmos a atual crise.

O mais importante neste momento é que o Governo entenda o recado das ruas, dos principais movimentos sociais, do mercado, das famílias brasileiras, daquelas famílias que moram em Copacabana, no Rio de Janeiro, ou no Morumbi, em São Paulo, mas também daquelas que moram lá no bairro Caladinho, em Porto Velho, nas favelas do Rio ou na periferia de São Paulo.

O Governo precisa se entender melhor com toda a sociedade e ajustar o rumo da sua articulação política e da política econômica para sair da crise. E é o que nós estamos vendo acontecer: o diálogo entre a Presidenta não só com a base aliada, mas com os Senadores independentes que estiveram com a Presidente na semana passada. Essas reuniões continuarão a acontecer. Eu entendo que o caminho está aberto e nós estamos marchando para realmente sairmos desta crise.

O tema que quero abordar também, Sr. Presidente, é a manutenção do emprego, pois é uma das principais preocupações que temos desde o momento em que reunimos todos os esforços para superar a crise econômica que atravessa o País, tanto é que já conseguimos construir o entendimento com a classe empresarial, com os trabalhadores, as centrais sindicais e o Governo para aprovação, aqui no Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 680, que criou o Programa de Proteção ao Emprego, com a redução da jornada de trabalho e do salário dos trabalhadores em períodos de crise, mas com auxílio pago pelo Estado, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Essa é uma medida sensata, em nome da preservação dos postos de trabalho numa situação temporária e excepcional, que é a atual crise econômica.

O Plano de Proteção ao Emprego valerá para alguns setores até 31 de dezembro de 2016, sendo que a adesão das empresas só poderá ser feita até o fim deste ano. É uma medida para assegurar o emprego até que a economia do Brasil volte a crescer e esses setores mais afetados possam também se reerguer.

Durante o prazo de vigência do programa, as empresas não poderão demitir nenhum funcionário, condição que será mantida por pelo menos mais dois meses após o fim da vigência do plano.

Neste momento, o Governo entende que é mais importante usar recursos públicos para manter o emprego do que para custear através do seguro-desemprego. Ou seja, é melhor usar os recursos que seriam usados para custear o seguro-desemprego para manter o emprego.

É uma medida acertada, visto que as perspectivas de retomada do crescimento são boas a partir do final 2016. Mas, para que tenha resultado efetivo, precisa ser contemplada com a manutenção da desoneração da folha de pagamento feita no ano passado.

O projeto que retira a desoneração da folha de pagamento de 56 setores produtivos, o último do pacote do ajuste fiscal do Governo, pode ter efeito recessivo e, mesmo com o PPE, contribuir para o desemprego, que é tudo o que nós não podemos deixar que aconteça.

Com o fim da desoneração, setores que hoje pagam de contribuição previdenciária 1% sobre a folha salarial terão um aumento para 2,5%. É o caso de varejistas, de fabricantes de brinquedos e de outros setores. Já os que atualmente pagam 2%, como empresas de tecnologia da informação, passarão a pagar 4,5%.

É uma alteração muito ruim para o setor produtivo e para os trabalhadores. É uma situação que se agrava com a elevação dos juros, que estão contribuindo para a redução dos investimentos na indústria e para a redução do consumo também. Tanto é que o faturamento da indústria, no primeiro semestre deste ano, teve uma redução 8,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Enquanto isso, os bancos lucraram mais de 20% no mesmo período.

É aquilo que nós falávamos há pouco: quando não se aplica no setor produtivo e se aplica no setor financeiro, o consumo diminui, os lucros dos bancos vão à estratosfera e a população brasileira acaba ficando sem emprego.

Por isso insisto na redução de juros e também na carga tributária brasileira. Essas duas medidas deveriam ser incorporadas ao Plano de Proteção do Emprego, pois são elas que de fato vão assegurar a retomada do crescimento da economia real, da atividade produtiva e manter e gerar mais empregos para a população brasileira.

Esse projeto que retira a desoneração é realmente um projeto estranho para as empresas, porque mexe em todo o planejamento que fizeram no passado.

Ao ano passado foi sancionada uma lei que tornou perene essa contribuição substitutiva, e agora o Governo quer anular os seus efeitos. Isso é contrário e não é uma boa medida para combater a crise neste momento.

Apoiei e votei a favor de todas as demais medidas do ajuste fiscal, mas tenho mantido coerência na posição que sempre tive de defender a redução dos juros e da carga tributária brasileira.

Essa medida foi testada e aprovada quando estourou a crise internacional em 2008. Na época, em vez de aumentar os tributos, como sempre fez, o Governo baixou vários deles, usando essa redução como política

pública para estimular a economia, fazer baixar os preços e impulsionar o consumo, automaticamente alimentando as indústrias e gerando emprego em todo o País.

O resultado foi que, em 2009, tivemos crescimento econômico e geração de mais de um milhão de novos empregos no Brasil. Em 2010, crescemos 7,5%. Portanto, é isso que queremos que o Governo faça novamente, em nome da manutenção da atividade produtiva, do consumo e, principalmente, com relação a nossa população, que precisa ter o seu emprego garantido.

Não é investindo no sistema financeiro que nós vamos gerar emprego; é investindo no setor produtivo que nós vamos gerar emprego, vamos gerar renda e fazer girar a roda da economia brasileira.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Parabéns, Senador. Eu acho que todos nós estamos ansiosos por uma saída da economia, para ela voltar a crescer, para voltar a empregar e sair do marasmo. Há um marasmo cíclico da economia brasileira e da política.

Dando sequência à lista de oradores, passo a palavra ao Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham aqui, na Casa, e também pelas redes sociais, pela TV Senado, pela Rádio Senado, ontem, o Brasil foi mais uma vez às ruas. Ontem, mais uma vez o Brasil se mobilizou. Mas, como disse agora há pouco o Senador Cristovam Buarque, na verdade, o País não se mobilizou ontem; o País está mobilizado.

Nós estamos em um cenário que temos que compreender. É um cenário grave, um cenário sobre o qual cabe reflexão, porque sentimos que a Presidente está sob pressão das ruas e sem base de sustentação popular.

Na verdade, fala-se em base de sustentação no Senado, fala-se em base de sustentação na Câmara, mas, Senador João Capiberibe, V. Ex^a, que é um dos baluartes, um dos pilares da construção da democracia deste País, porque penou nos porões da ditadura, preso, exilado, conhece as entranhas deste País, conhece crises e momentos de dificuldade, V. Ex^a sabe que não existe legitimidade alguma de lei nenhuma, ou de qualquer presidente, ou de qualquer coisa. Não há base mais importante do que aquela que vem ancorada pela voz rouca das ruas, parafraseando o nosso saudoso Ulysses Guimarães. O que dá sustentação mesmo são as ruas; o que dá sustentação são as pessoas que elegem, que colocam. É o povo que põe e o povo que tira.

Neste momento, sentimos que o Governo perdeu a ligação com as ruas. Por ironia do destino, justamente o Governo do Partido dos Trabalhadores, que foi, nos últimos anos, nas últimas décadas, o Partido que mais teve ligação com o povo, que mais ligação teve com as ruas, que acenava e o povo ia. Mas, como aqui disse o Senador Cristovam Buarque, ele perdeu isso. E perdeu isso justamente por um item que ele colocou aqui. Ele falou: “Eu era membro do Partido dos Trabalhadores, e prometemos.” Eu me lembro de que o lema era: “Acabar com a corrupção e melhorar a vida da gente”.

Neste momento, sentimos que a crise não é contra a cidadã Dilma, não é contra a Presidente Dilma. A indignação do povo é justamente devido à expectativa frustrada. Aquela promessa, aquele lema era muito forte: “Acabar com a corrupção e melhorar a vida da gente.”

Pois bem, nós chegamos a um momento em que acabou qualquer expectativa da população brasileira de que isso pudesse acontecer, devido à Lava Jato, devido aos inúmeros escândalos que apareceram. Mas ainda se sustentava porque a economia caminhava.

O melhorar a vida da gente estava em voga. Bons programas sociais, um avanço social. Houve avanços, e isso segurava, embora capenga – já estava manco o projeto, mas as pessoas ainda estavam tolerando a questão da corrupção, porque as painéis estavam cheias.

Pois bem, começou a vir a crise. E veio... Em 2008, ela veio atacando o mundo inteiro, e o Brasil estava vacinado naquele momento.

Isso são palavras do próprio Ministro Joaquim Levy, em várias reuniões de que tive a oportunidade de participar. Se nós tivéssemos feito a lição de casa, se o Governo tivesse feito a lição de casa, estaríamos numa certa tranquilidade econômica neste momento. Mas não foi feito, e, em 2014, Sr. Presidente, houve o nosso grande infortúnio.

Na ânsia de manter o projeto político-eleitoral, de manter o projeto de poder, nas palavras do Ministro Joaquim Levy, logo que entrou, ele disse: “Foram feitas algumas brincadeiras.” E a gente sabe que ele foi muito elegante, muito polido e com muito cuidado ele disse isso, porque ele é um homem de mercado e ele sabe o

quanto as suas declarações podem impactar na economia brasileira. Pois bem, ele disse: “Foram feitas algumas brincadeiras.”

Na verdade, não foram brincadeiras, ele sabe disso. Na verdade, foi feita uma irresponsabilidade sem tamanho. E aqui a gente sabe que o Governo está colhendo hoje: esses 7% ou 8% de aprovação, só, é devido a isso, porque a economia não se sustentou, não havia como a economia aguentar aquilo que foi feito, Senador Capiberibe.

E o que foi feito? Talvez alguns não saibam o que foi feito. Foi jogado dinheiro aos borbotões de todas as formas, em programas que não havia como o País sustentar.

E cito um programa importantíssimo, mas que foi feito sem os devidos cuidados: o programa de creches. Essas creches que foram mandadas para os Municípios são verdadeiros palacetes. Não sei se aqui todos já tiveram a oportunidade de entrar numa dessas creches.

É uma coisa maravilhosa, um projeto lindo; até as facas da cozinha, os talheres da cozinha, são de primeira qualidade. Mas elas foram enviadas aos montes. Agora há pouco, a Senadora Ângela Portela disse aqui que há um monte de esqueletos de creches que não foram terminadas.

A grande pergunta é a seguinte: nós tínhamos condições de arcar com aquilo? Eu, por exemplo, se eu pudesse, eu tinha uma TV cem polegadas na sala da minha casa. Mas eu tenho condições? O meu orçamento me permite a isso?

E essas creches foram mandadas aos montes. No Município em que resido, Rondonópolis, há um pequeno Distrito chamado Boa Vista. Ali foi construída uma creche dessas.

Eu creio que... Creio não, o Distrito não tem mais do que 50 crianças. Mas, naquela creche, cabem quase 300, e ali está aquela creche, um palacete – isso aconteceu em todo o País.

No programa de maquinários que foi mandado, o chamado PAC 2, compraram-se máquinas moderníssimas, patrôlas que são verdadeiras maravilhas tecnológicas. Só que um equipamento desses demanda manutenção especializada, demanda muitos custos. E muitos Municípios receberam aqueles maquinários que, hoje, estão nos pátios, porque não conseguem pagar a primeira revisão.

Essas compras foram feitas também com o intuito de aquecer a economia. Bem, o Senador João Capiberibe é um empresário; vou comprar as máquinas dele; ele vai investir e vai aquecer a economia aqui; e vai fazer rodar e melhorar a situação do País, porque já se via possibilidade de crise. O que aconteceu? Esses empresários, simplesmente, importaram esses maquinários caríssimos, repassaram ao Governo e foi distribuído; não compraram a peça, não fizeram girar o mercado aqui, não foi feito nada que pudesse ajudar a economia.

Veio a desoneração da folha. E o objetivo era que o de que, desonerando-se a folha, os empresários teriam mais dinheiro e iriam investir mais no País. Não aconteceu – não aconteceu!

E veio o período eleitoral se afunilando; a campanha foi ficando difícil, com dois candidatos muito competitivos; viu-se que era uma eleição difícil; e, aí, partiu-se para o tudo ou nada: ou ganha, ou ganha! E prometeu-se um paraíso. Aumentaram-se as expectativas, e as pessoas resolveram dar mais um voto de confiança.

Muita gente culpou: “Ora, os nordestinos votaram errado e tal.” E eu, como nordestino, apesar de estar na oposição, defendi os nordestinos. Falei que os nordestinos votaram como qualquer um vota.

Os empresários, por exemplo, não estão ainda apoiando o *impeachment*, porque estão com medo de perder alguma coisa. Cada um se comporta de acordo com os seus interesses. A engrenagem que move o mundo é a engrenagem do interesse – é legítimo.

E os nordestinos votaram defendendo os seus interesses, assim como os paulistas votaram defendendo os seus interesses. Isso é legítimo. Mas a culpa não estava e quem votou, em quem não votou; a culpa está em quem mente.

E aí, quando o grupo de Senadores esteve se reunindo com a Presidente Dilma... Trouxeram, agora há pouco, o relato dessa reunião, que mostra a Presidente declarando que concorda com os artigos do Senador Cristovam Buarque e mostra o seguinte: a política hoje mostra bem que esse modelo de Presidência, esse modelo presidencialista talvez precise ser revisto. Talvez seja a hora de começarmos a falar em parlamentarismo, porque nós estamos vendo que nós estamos diante de um ator.

Ali é colocado um personagem para se apresentar para o povo, maquiado por um bom *marketing* e teleguiado para falar o que se pensa antes. Um modelo feito para enganar o povo. E o resultado é esse aí.

O resultado é o povo nas ruas decepcionado e não mais dando sustentação, em uma clara demonstração dizendo: “Chega!” E o resultado nós temos: a Presidente hoje não tem base de sustentação da população, não tem base de sustentação na Câmara, não tem base aliada e, obviamente, não tem a solidariedade da oposição. E não tem, justamente porque tem se comportado de uma forma a não assumir os erros, jogando os erros existentes para alguém e, obviamente, joga a culpa dos erros na oposição.

Do Governo agora – depois de muita crise, de a crise já estar em estágio avançado, estar em metástase já – é que se ouve a palavra crise. Mas, até há poucos dias aqui, os Senadores da base de oposição subiam a esta tribuna e nos pintavam um cenário de que não havia crise. Eu ouvia, aqui, um Senador subir e dizer o seguinte: “Nós estamos com uma pequena dificuldade. A crise, a culpa é externa.”

Mas as pessoas acompanham. A tecnologia hoje nos propicia, ao sujeito, ler os jornais do mundo inteiro. Ele acompanha como anda a economia mundial, ele acompanha como está a situação do País, e as pessoas notaram que estavam sendo ludibriadas, enganadas, e isso não ajuda, não há como...

Quem quer pegar galinha não vai dizer: “Xô!” Como é que pode haver, de repente, solidariedade da oposição, se você ataca o tempo inteiro? E não há também, mas é até normal que não houvesse a solidariedade da oposição.

Mas o que me preocupa neste momento, Sr. Presidente, é que, sem base nenhuma, sem base na Câmara, sem base no Senado, sem sustentação com a população, a Presidente – e, quando eu digo a Presidente, eu falo desse ator, porque aí é em todo o seu entorno – agarra-se ao último galho, como quem cai de um despenhadeiro e agarra-se ao último galho, à única saída, que é tentar fazer com que esse único lado que ainda lhe presta alguma sustentação possa se fortalecer mais. Então, agarra-se a tentar construir, com os poucos aliados que ainda tem, uma base.

E aí nos preocupa, porque isso tem custo, isso tem um preço. E que preço o Brasil vai pagar para que este Governo enfraquecido, este Governo que teve suas estruturas carcomidas possa se sustentar? Se tivesse já terminando, seria uma coisa, mas nós temos três anos e meio pela frente.

O País consegue pagar esse preço? Os atores econômicos vão engolir esse Governo frágil dessa forma? Porque é uma lei da selva, a gente sabe muito bem: os leões não atacam aquele animal mais forte, aquele búfalo mais forte da manada, eles atacam os mais fracos.

E não vai demorar muito. Eu não quero ser aqui profeta do caos, mas não vai demorar muito para começarmos a ser especulados. O mundo inteiro, neste momento, observa-nos, observa as manifestações observa, o comportamento do Governo.

E aí é que me vem o dilema: eu tenho sido convidado e, em determinado momento, participei até do primeiro raciocínio que tivemos, lá no início, e o Senador João Capiberibe foi um dos idealizadores, junto com Senador Cristovam, no sentido de que a gente pudesse construir uma saída para o País, uma saída para ajudar o Governo a tocar este País sem sobressaltos. São Senadores comprometidos com a governabilidade, mas com uma governabilidade que não é essa paga com cargos, não é essa paga com obras, não é essa paga com emendas. Era uma governabilidade no sentido de fazer o País seguir o seu rumo, sem sobressaltos.

Pois bem, nós nos reunimos, certa feita, no gabinete do Senador Cristovam Buarque, e tentamos um contato com o Governo. Ali partimos, em torno de nove Senadores, Senadores muito representativos, como o Senador Romário, o Senador Cristovam, o Senador João Capiberibe e outros. E o desdém com o qual fomos recebidos foi uma coisa surrealista.

Nós atravessamos o Eixo, Senador Alvaro Dias, e fomos recebidos pelo Terceiro Secretário do Ministro. Achou bacana, tratou-nos de forma muito bacana e disse: “Olha, que ideia maravilhosa!” Só faltou dizer: “Está aqui o meu contato, e a gente volta a ligar.” E estamos esperando essa ligação até hoje – não houve o menor interesse!

E ali eu compreendi uma coisa, e já falei isso aqui uma vez: lembro-me de que eu gostava muito dos gibis do Pato Donald e, em determinado momento, num dos episódios, o professor de Huguinho, Zezinho e Luisinho passava uma tarefa para eles, para que fossem fazer uma boa ação. E os três saíram e logo em seguida voltaram cansados, e o professor disse: “Vocês já fizeram a boa ação?” Eles disseram: “Sim.”

“O que vocês fizeram?” “Nós ajudamos uma velhinha a atravessar a rua.” “Mas por que estão tão cansados? E ela ficou agradecida?” E eles falaram: “Não, ela ficou muito brava.” “Mas como assim?” “É que ela não queria atravessar a rua.”

Então eu sinto que, às vezes, nós estamos propondo o diálogo, estamos tentando. Mas é isso o que o Governo quer? E aí eu me pergunto: estaríamos também, ao tentar ajudar este Governo, estaríamos ajudando o Brasil? Traz-me essa dúvida. O que sinto é que não existe um plano e um rumo para o País. Existe apenas um plano de poder, mas não um plano de governo, nem mesmo vontade.

Vi que, agora, pela segunda vez, os Senadores foram recebidos, mas, sinceramente, não me sinto convencido ainda de que, ao receber os Senadores independentes, havia uma genuína vontade do Governo. Talvez, a cidadã Dilma quisesse fazer uma coisa diferente. Mas ela não pôde fazê-lo, porque é refém desse plano de poder.

No início do meu mandato aqui, eu disse que não via as digitais da Presidente Dilma em todos esses desmandos. É verdade, continuo pensando assim. Mas eu a vejo como beneficiária de tudo isso que aconteceu.

Eu me lembro de que, em dado momento, no Parlamento, numa das CPIs, a CPI do Cachoeira – eu nem me encontrava aqui ainda, assisti a isso pela TV –, o ex-Presidente do DNIT Luiz Antonio Pagot falou, com todas as letras, para Deputados e Senadores que ele teria sido procurado pelo então tesoureiro do PT, Sr. João Vaccari, pedindo uma relação de empresas que prestavam serviço ao Governo, ao DNIT, para poder fazer o caixa de campanha. Pois bem, sobre todo esse dinheiro que agora está sendo apurado na Lava Jato e que foi apurado na época do mensalão sempre foi colocado: “Isso é caixa dois e servia para ajudar na campanha.”

Temos de começar a fazer essa reflexão, porque a população está na rua e está pedindo uma coisa: *impeachment*. Não foi a oposição que começou a falar de *impeachment*, são as ruas que estão dizendo. Temos de começar a refletir: se todo esse dinheiro que saiu da Petrobras e que saiu das construtoras custeou campanha de Presidente da República, isso não é indício de responsabilidade? Esse beneficiário maior, esse ator que foi eleito não é responsável por isso?

Estou fazendo esse raciocínio, porque, no baixo clero, para o chamado funcionário público barnabé, basta haver um indício, que já se abre um procedimento administrativo, que, geralmente, culmina com a exoneração. Nas prefeituras do País, Senador João Capiberibe, cassam-se prefeitos a rodo!

E não precisa de muito. Com metade desses indícios que há no TSE... Estou falando de duas coisas aqui. Estou falando de *impeachment* e de responsabilidade administrativa. Estou falando também das questões do TSE, fazendo um comparativo com o que acontece no País em relação a prefeitos e até a governadores, aos Parlamentares em geral.

V. Exª passou por um infortúnio desses.

Então, cassam-se os mandatos, e dão pouca importância quando falam em poder cassar o mandato de prefeitos, de governadores. O processo se abre no TSE e, geralmente, culmina com a cassação da chapa. Aí temos de refletir. Ou a lei brasileira começa a reger todos ou não rege ninguém! Se é para aceitar que os Correios possam fazer distribuição de material para Presidente da República, isso tem de valer também para os prefeitos e para os outros que disputam eleição. Ou, então, que se punam todos! Essa é a reflexão que a gente faz.

Agora, sinto que, devido à experiência que se tem, até ancorado pelas teses do Foro de São Paulo de negar o óbvio, de plantar aqui certas teses, como a de que falar em *impeachment* ou em responsabilização é golpe... Qualquer coisa que se fala é golpe!

Temos de refletir sobre essas questões. Temos de começar a pensar que a construção do alicerce deste País passa ou pela observação das leis ou pela mudança delas. O que não pode acontecer é existir uma lei que vale para Chico e que não vale para Francisco.

Então, vejo que, neste momento, nós estamos com a grande responsabilidade de encontrar uma saída. Mas a saída é ajudar que este Governo fique, é manter essa situação quase insustentável, da qual a população já tirou a legitimidade?

A grande realidade é que pode acontecer com todos nós o que aconteceu na França, o que aconteceu no Egito, o que aconteceu na Ucrânia. Podemos ser varridos, podemos ser puxados para esse buraco negro, que é a crise que foi instalada pelo PT e pelo Governo do PT. A oposição e mesmo os Senadores que estão independentes têm de ter em mente essa preocupação.

Fico muito preocupado quando o Presidente Renan monta um plano aqui e busca chamar a responsabilidade para si. A grande pergunta é: será que não está trazendo essa crise, que é do outro lado da rua, que é do Governo Federal, que é da Presidente Dilma, para dentro desta Casa? Fico com essa preocupação. A responsabilidade de achar uma saída para o País, de achar uma saída para esta crise, é da Presidente da República, é deste Governo. Quem é dono do filho é quem tem de embalar. Essa é minha preocupação, a de que tenhamos, daqui a pouco, em nossas mãos, uma crise que não é nossa.

Sr. Presidente, creio que esta Casa tem de cumprir o seu papel, obviamente, mas temos de cumprir nosso papel de Legislativo. O nosso papel não é de Executivo. E muito menos temos a responsabilidade de salvar uma crise que não fomos nós que construímos.

Tenho tentado dizer que a oposição não tem ajudado. O papel da oposição não é ajudar. A população elegeu a situação para governar e elegeu a oposição para fazer oposição. Penso que temos de fazer o nosso papel de Legislativo. E, obviamente, quem tem de dar sustentação que dê sustentação! A oposição tem de fazer essa reflexão, tem de ouvir e de observar muito atentamente a voz das ruas; do contrário, será varrida.

Não tenho dúvida de que esse modelo se esgotou e está nos últimos suspiros. E o Governo sabe disso. Agora, o que vamos fazer? Qual é a saída? É ajudar, é sustentar que esse governo fique, é aumentar a agonia ou é começar a pensar na construção de uma transição, partindo para o convencimento da própria Presidente de que acabou? Era isso que queríamos? Era isso? Não! Mas a grande realidade é que acabou! No linguajar policial, é o que eles dizem: “*The house is down*”. A maioria dos Municípios, Sr. Presidente, já está com dificuldade

de pagar a folha. Alguns Estados já estão parcelando os pagamentos das folhas. E quem entende de economia diz que ela nem está na metade.

Então, esta é a nossa preocupação: a de que, não apontando a saída, a população possa querer encontrar uma. E nós, como atores políticos, temos este desafio de acharmos essa saída.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Bloco Oposição/PSBD - PR) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador João Capiberibe, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão; Srs. Senadores; ouvintes da Rádio Senado; telespectadores da TV Senado, eu estava refletindo ainda há pouco, pensando que as segundas-feiras, nos últimos três anos, antes da crise, era ocupada pelos Senadores governistas, para tecerem loas ao Governo, para destacarem os feitos do Governo. Hoje, pelo que sinto, as segundas-feiras são ocupadas pela oposição e pelos independentes.

A agenda do Parlamento se transformou numa agenda negativa, até porque essa é a agenda da sociedade. Ontem, ficou muito claro, com as grandes manifestações que ocorreram pelo País afora, que a sociedade confirma o descontentamento desde o dia 1º de janeiro para cá. O povo tem razão em se manifestar, tem inteira razão, porque o que avaliza a política é a palavra. Quando se empenha a palavra e quando essa palavra não é cumprida, isso, evidentemente, provoca profundas decepções.

Houve um grande equívoco por parte da condução da campanha da Presidente Dilma. O equívoco foi acenar com uma possibilidade inexistente, a possibilidade de o País continuar crescendo, dar uma volta na crise, recuperar alguns retrocessos na economia. Isso era impossível. Desde o ano passado, já se sabia que não se poderia contar com essa possibilidade, mas isso foi reafirmado na campanha. A campanha prometeu um país que não é possível de se construir com palavras. Tem de haver ação.

Tive a oportunidade de me encontrar com a Presidente Dilma na quinta-feira, junto com mais cinco Senadores. Nós fomos convidados para uma conversa. E tive o maior prazer, porque se trata da Presidente da República. Tive a oportunidade de lhe dizer que um dos maiores problemas vividos pelo Governo é exatamente a questão das tarifas de energia elétrica. Um ano atrás, houve uma redução dessas tarifas, mas, logo um dia depois que a Presidente tomou posse, houve um aumento brutal das tarifas de energia elétrica. Então, isso marcou definitivamente, calou fundo no seio da sociedade e provocou essa enorme decepção que estamos vendo.

Está certo, o povo tem razão de estar decepcionado e descontente. Agora, há uma coisa que a Presidente Dilma nos disse com que estou de acordo. Ela me disse: “Eu não temo! Não devo e não temo. Não tenho nenhum envolvimento com as investigações que aí estão.” Espero que continue assim, porque, de fato, não há como incriminar alguém se não há indícios ou provas, se bem que, na política, essa exigência não é fundamental.

Ela destacou uma questão com que concordo: as investigações não sofrerão nenhum tipo de constrangimento ou de interrupção, elas vão continuar. Vejam que esse é um fato inédito no nosso País. As investigações atingiram os magnatas, os homens mais ricos do País, que, inclusive, estão presos. Nunca, na história deste País, algo assim teria acontecido, seria esperado. Nem de longe, nunca imaginei que isso pudesse ocorrer, o que mostra que as instituições, a Constituição, a democracia, que garantiu a Constituição, estão fortalecidas com as manifestações de rua e com o avanço das investigações.

Essas investigações e o que elas têm revelado só são possíveis em função da democracia. O avanço da sociedade brasileira com a democracia é enorme. A democracia fez um enorme bem ao País. A democracia em nosso País é tão forte que permite que meia dúzia de alucinados, de saudosistas da ditadura se manifestem, acampem na frente do Congresso, preguem contra a democracia, mas a democracia garante o direito a eles de fazer isso, de se posicionar, de dizer que são contra a democracia. Imaginem se fôssemos com uma faixinha, alguns anos atrás, “abaixo à ditadura”! Seríamos presos, torturados. Enfim, hoje é diferente. Estamos vivendo, de fato, em um País muito diferente.

A corrupção não surgiu com o Partido dos Trabalhadores, mas o Partido dos Trabalhadores se comportou de maneira absurda em relação à corrupção, porque a ética era uma bandeira do Partido dos Trabalhadores, do Partido do Senador Cristovam, no passado. Nós acreditamos, eu acreditei, Senador Cristovam, Senador Alvaro Dias. Eu acreditava tanto na bandeira da ética do Partido dos Trabalhadores que me dei ao trabalho, em 2012, de sair do meu Estado, tomar um avião em Macapá e ir à sede nacional do PT, em São Paulo, para um encontro com José Dirceu. Abri a tela do meu computador, porque, já naquela época, todas as receitas e

despesas do meu Estado eram em tempo real. Estavam expostas na Web em tempo real. Eu abri a página – e quem governava o Amapá, naquele momento, era uma militante do PT – para mostrar o indício do desvio de recursos, abri para o Sr. José Dirceu, e ele me disse para me entender com o Silvinho – o Silvinho da Land Rover. Não me deram ouvido.

Infelizmente, o PT rasgou essa bandeira importante, uma bandeira da qual a transição se descuidou. A corrupção com os militares chegou a ponto de dividir em capitânias hereditárias algumas regiões brasileiras. O meu Estado, por exemplo, foi destinado à Marinha do Brasil, e para lá foi um comandante da Marinha governar. Lá, dedicou-se a construir embarcações. Construiu mais de 40 embarcações de pouca utilidade para a Amazônia, é verdade. Lá, em Roraima, foi um Brigadeiro. Ele comprou vinte e poucos aviões para Roraima. Para quê? Em Rondônia, criou-se o maior parque de máquinas pesadas de construção de estradas da história do País. Só que a transição democrática não se ocupou disso. Ocupou-se de resgatar os direitos civis, mas não se ocupou de dar uma solução para o problema da corrupção no País, e se estendeu, e avançou pelo Partido dos Trabalhadores. Agora, estamos vivendo essa situação. Porém, não há *impeachment*. As alternativas que se apresentam, o impasse que a sociedade está vivendo seria trocar seis por meia dúzia. Não falta legitimidade para que se busque uma solução que não seja, digamos, um entendimento nacional para a governança. Aliás, por falar em governança, a má governança é uma característica do País. Está na nossa tradição.

Eu vou sair dessa agenda negativa para entrar numa agenda que considero positiva. É verdade que há uma descrença generalizada nas nossas instituições. Os partidos políticos merecem a confiança de 1% da população; o Parlamento, um pouco mais; o Judiciário também está mergulhado numa enorme descrença. As instituições brasileiras estão sob desconfiança da sociedade, e não há transformação sem participação, sem decisão da sociedade. Eu também não acredito mais em muitas das nossas instituições, principalmente naquelas que tiveram a obrigação de fiscalizar o uso da contribuição da sociedade, o uso da contribuição dos impostos pagos por cada brasileiro, por cada brasileira. Essas instituições de controle não merecem confiança, os Tribunais de Contas, os Legislativos, que, em tese, deveriam fiscalizar.

Portanto, há essa crise de confiança. Eu não vejo outra saída, Senador Cristovam. Nós demos saltos importantes na democracia, é visível, está em todo canto, está, inclusive, nas redes sociais, mas o Estado brasileiro, através de algumas leis importantes, passou a prestar contas com mais clareza à sociedade. Temos, hoje, as receitas e as despesas públicas de quase todos os entes públicos na internet. O que falta é uma reação do cidadão, falta um apoderamento dessas informações e o uso dessa informação para influenciar a governança pública. Se fosse só a corrupção que causa danos extremos à governança, com as investigações que estão em curso, com o ativismo e com a respeitabilidade do Ministério Público na fiscalização das leis, eu tenho certeza de que nós vamos continuar avançando. Mas não é só a corrupção, é a falta de prioridade, é o mau uso do dinheiro. As opções em aplicar os recursos fogem de qualquer controle da sociedade.

Nós temos aí o Governo Federal. Se nós entrarmos nas páginas de transparência do Governo Federal, dos governos estaduais, de algumas prefeituras – não todas –, você tem um nível de informação muito grande, informações detalhadas. Nós precisamos, a sociedade precisa se apoderar dessas informações de uma forma mais organizada para influenciar a governança, criando-se – e para isto não precisa de partido político – os comitês locais de fiscalização e de controle da governança. Não precisa ser militante de partido político, independe de religião, basta ter vontade de controlar e de influenciar a governança pública. Você pode criar do Rio Grande do Sul – como é que um Estado como o Rio Grande do Sul chega à situação em que chegou, não consegue pagar os seus servidores? – até Roraima, Amapá. Todos nós podemos, independentemente de influências outras que não sejam da nossa própria vontade de fiscalizar e de influenciar a governança pública. Não custa nada formar um comitê entre amigos para pesquisar, para viajar nas páginas de transparência, levantar informações e, a partir dessas informações, checar.

Srs. Senadores, Srs. Senadoras, eu vou levantar alguns exemplos para trazer para o Plenário. Exemplo de aplicação de recursos públicos. Alguns exemplos muito positivos, e vou escolher alguns também negativos. Nós, então, vamos interagir, porque a TV Senado e a Rádio Senado estão chegando a todo o Brasil. Vou trazer esses exemplos para que possamos interagir e construir uma agenda positiva. Essa agenda positiva se dará em função da decisão e da participação do cidadão na formação desses comitês de fiscalização pelo Brasil afora.

Portanto, a agenda positiva que nós precisamos construir é aquela que possa influenciar a governança. Não podemos mais delegar às instituições que estão aí. Elas não nos respondem, elas não respondem com a eficiência que nós poderíamos imaginar. O que vai mudar é, certamente, a capacidade de mobilização do cidadão, a curiosidade dele em saber em que o dinheiro é gasto e como ele é gasto. Aí, sim, eu acho que nós podemos construir uma agenda positiva para o nosso País, uma agenda efetiva de controle da contribuição de todos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, agora, o Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, é impossível não reconhecer a importância da manifestação popular que tomou conta das ruas do Brasil em inúmeras cidades brasileiras. Tentar minimizar o impacto dessa manifestação popular histórica é afrontar a realidade e o bom senso.

Pode-se discutir a quantidade dos que compareceram: mais de 300 mil em São Paulo ou menos de 300 mil; 60 mil em Curitiba ou menos. Foram 25 mil em Brasília ou 50 mil? Em Maringá, Londrina e Cascavel, 25 mil, 15 mil ou 50 mil? Não creio que seja importante discutir os números. Não creio que seja importante avaliar a quantidade dos que compareceram a essa gigantesca manifestação pública, que demonstra estar o Brasil caminhando para a mudança de forma irreversível. Esta é frase que deve calar: o Brasil e seu povo estão caminhando para a mudança irreversível.

A manifestação de ontem obteve unidade, apresentou foco com nitidez. A população diz o que deseja, e a palavra que sintetiza o conjunto dessa obra, a aspiração maior da sociedade brasileira, é a palavra “mudança”. Esse sistema vigente se esgotou, está falido, tem que ser sepultado definitivamente, em nome das aspirações populares.

É triste verificar o cenário de desencanto que campeia entre os brasileiros, mas, de outro lado, é vivificante perceber que há uma nova nação surgindo, a nação dos brasileiros que reivindicam, que protestam, que fazem explodir a sua indignação, escrevendo nas ruas do País o seu apelo por um futuro melhor.

Ora, Sr. Presidente, o que quer o povo brasileiro?

Aliás, é bom abrir um parêntese. Indagaram-me, há pouco, sobre uma afirmativa, do Governo ou de algum governista, de que essa manifestação foi orquestrada pelo PSDB. Nada mais absurdo do que isso, nada mais ofensivo ao povo que foi às ruas do País. Nada mais ofensivo, porque essa é uma manifestação que tem apenas um proprietário: o povo brasileiro. Nenhuma sigla, nenhuma associação, nenhum partido político. Somente o cidadão brasileiro, indignado, é proprietário desse espetáculo cívico apresentado ao mundo nas ruas brasileiras no dia de ontem. O PSDB foi apenas coadjuvante, foi apenas solidário, participe como oposição, sim, mas em nome da cidadania, e não em nome do interesse partidário ou eleitoreiro.

O Presidente Aécio Neves compareceu em Minas Gerais e se pronunciou, como cidadão, cumprindo o dever de cidadania.

Não há, da parte do PSDB ou da oposição partidária de modo geral, nenhum propósito de se assenhorar dos méritos desse evento, que – repito – pertence exclusivamente ao povo brasileiro. É uma manifestação espontânea, organizada também espontaneamente por forças vivas da nacionalidade.

Sr. Presidente, nós estamos vivendo um momento de impasse, mas o que está nítido no desejo do povo é a pressa em mudar. Há uma ansiedade – eu não diria desespero –, uma ansiedade que se justifica, pressa. A população gostaria de antecipar o processo de mudança. Não suporta mais, não tolera mais a corrupção e a incompetência, o desgoverno, e gostaria de ver o Brasil mudando bem antes do processo eleitoral de 2018.

O que importa dizer é que esse desejo de mudança é irreversível, e a mudança poderá ocorrer, sim, através do *impeachment*, que é um preceito constitucional. Há pressuposto constitucional que autoriza a reivindicação popular do *impeachment*. Há razões jurídicas, que podem ser questionadas por alguns, mas são sustentadas por outros com muita competência. Portanto, não se trata de golpe. Trata-se, isso sim, do exercício de uma prerrogativa constitucional diante da gravidade do momento vivido pelo País, diante de um desgoverno que se tornará histórico.

A renúncia seria uma alternativa de mudança; há a possibilidade de cassação de mandatos em razão de crimes eleitorais praticados, agora em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral; e, finalmente, temos as eleições de 2018. Essas são as alternativas para a mudança. Portanto, mais cedo ou um pouco mais tarde, a previsão é de que o povo brasileiro fará a mudança desejada, sonhada e levada como apelo às ruas do País. O modelo realmente se esgotou, faliu, não há como sobreviver.

E que modelo é este? Que sistema é este? É o sistema da promiscuidade. Quantas vezes, desta tribuna, definimos este sistema como o do balcão de negócios que aparelha o Estado brasileiro?

Se buscarmos o *Diário Oficial da União* do dia de hoje, encontraremos nomeação fisiológica, com interesse político-partidário, com o objetivo de cooptar politicamente apoio. Isso se deu ao longo dos anos, fazendo com que a máquina pública crescesse de forma assustadora, onerando os brasileiros de forma desmesurada. Os paralelismos se instalaram, a superposição de ação passou a ser recorrente. A máquina cresceu, elevando

os gastos correntes do País a somas que aterrorizam: cerca de 370 bilhões anualmente são desperdiçados na manutenção desta estrutura monumental da máquina pública, arquitetada em nome de um projeto de poder de longo prazo.

Cooptaram partidos, cooptaram políticos, cooptaram empresários, sindicalistas, associações, entidades. Cooptaram! Cooptaram de forma permissiva e, repito, em nome de um projeto de poder de longo prazo. Assim se definiu o crime do mensalão. Assim se definiu como um esquema complexo e sofisticado, arquitetado em nome de um projeto de poder de longo prazo. A corrupção se instalou e alcançou todas as esferas da administração direta e indireta da República.

Em nenhum país do mundo há um governo com tantos ministros. O Brasil se tornou campeão mundial dos ministérios – comparem com os Estados Unidos, com a Alemanha.

A modernização ficou esquecida. O que há é a consagração da incompetência administrativa, o que há é a consolidação de um esquema corrupto numa relação de promiscuidade entre Poderes, especialmente o Executivo e o Legislativo, e setores da iniciativa privada brasileira.

Esse é o modelo que tem que ser destruído. Ele foi instalado, ele se consolidou em nome daquilo que chamam de governabilidade. Portanto, rima-se governabilidade com promiscuidade. E não há como se conformar com essa tese de que é impossível governar o País sem o chamado balcão de negócios, sem a relação promiscua entre Executivo e Legislativo.

Há agora a tentativa de propor, como se isso não fosse responsabilidade do Governo... De quando em vez, ouvimos: “A oposição não tem projeto”. O projeto da oposição é fazer oposição, é fiscalizar, é denunciar. Quem tem que ter projeto é o Governo. O Governo não tem projeto de nação, tem projeto de poder. Nesses anos, o que se apresentou ao País foi um projeto de poder e não um projeto de nação.

A oposição colaborou. Até pela sua impotência, não foi capaz de resistir aos avanços da promiscuidade, porque a oposição foi reduzida à insignificância numérica pelo modelo de cooptação adotado, que deu origem ao mensalão, que estabeleceu conexão com o petrolão e que vai além para outros atos que deverão certamente ser apresentados ao País na continuidade desta Operação Lava Jato, que recebeu aplausos da população no dia de ontem nas ruas deste País.

Sr. Presidente, nós poderíamos enumerar algumas sugestões neste momento de crise, mas creio que hoje se torna até despiciente essa tentativa de propor, porque a população fez a sua proposta ontem nas ruas do Brasil: o que ela deseja é a mudança, evidentemente de pessoas, mas, sobretudo, a mudança desse sistema de promiscuidade.

Nós poderíamos propor aqui, Presidente, em respeito à aspiração do povo brasileiro, a renúncia coletiva, mas é evidente que isso seria recebido de forma a não se confiar na sinceridade de uma proposta dessa natureza. Mas que o povo brasileiro certamente desejaria ver o País mudando de forma completa, absoluta, integral, não há dúvida! Se o povo brasileiro pudesse, faria, neste momento, a mudança radical. Aliás, a palavra “radicalismo” deve estar presente nos nossos dias: é preciso radicalizar mesmo para se chegar à essência da crise e dos nossos problemas.

Eu não tenho nenhuma dúvida, Senador Cássio, Líder do meu Partido: se o povo pudesse, determinaria a renúncia coletiva de todos os agentes públicos para começarmos de novo, com eleições gerais. Eu não tenho a ousadia para fazer essa proposta, porque sei que ela seria recebida com desdém e, certamente, afirmariam ser resultado de um ato demagógico do Senador. Mas eu confesso que, pelo que vi ontem, sinto que, se o povo brasileiro pudesse, faria exatamente isso para começar tudo de novo. O povo deste País deseja construir uma nova nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Alvaro Dias, pelas reflexões neste momento difícil pelo qual a Nação está passando.

Agora com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone.*) – Sou eu, não? Para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. *Fora do microfone.*) – Espere aí, deixe-me ver aqui. Foi um Líder... É o Valdir Raupp.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone.*) – É? Mas já não (*Inaudível.*)...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone.*) – Se quiser que ele fale agora, eu falo depois.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. *Fora do microfone.*) – Então pronto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Medeiros, Senador do nosso querido Estado do Mato Grosso, queria cumprimentá-lo, como eu cumprimento também todos os ouvintes da Rádio e os telespectadores da TV Senado.

Agradeço ao Senador Raupp, que permutou comigo aqui a fala neste momento – estou falando por comunicação inadiável e o Senador Raupp iria falar pela Liderança do PMDB, como vai falar em seguida aqui. Então, quero agradecê-lo pela gentileza.

Eu concordo com aqueles que entendem que temos que respeitar a movimentação que houve ontem no País, os protestos, as manifestações, isso faz parte do jogo democrático. Quero parabenizar os manifestantes e parabenizar as polícias militares por não ter havido acidentes ou incidentes, por ter corrido tudo dentro da normalidade, o que é importante. A pessoa foi à rua, se manifestou, deu seu recado, voltou para casa, e todo mundo pôde estar, no outro dia, pronto para ir trabalhar e pronto para continuar na luta, nos seus ideais. Eu creio que o Brasil precisa disto: democracia sempre.

Eu vou falar aqui hoje, Sr. Presidente, sobre o projeto de lei que eu protocolei aqui do Senado, que é o Projeto de Lei nº 533 de 2015. Esse projeto de lei trata de um problema muito importante para nós, que é problema das águas, o problema hídrico em nosso País. Ele cria as unidades de acumulação de recursos hídricos em rios de dominação da Federação brasileira.

O grande problema que nós temos hoje em nosso País é que a vazante das águas baixa e a usina não pode continuar gerando a energia necessária. Então, por causa disso, como engenheiro eletricista que sou, estudioso da área, estamos apresentando projetos de barragem e de acumulação de água antes das barragens, para que essa água acumulada possa servir ali na frente, quando da vazante das águas, quando o rio não vai estar em condição de continuar gerando energia na plenitude do que pode ser gerado.

O projeto é o seguinte.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a criação das unidades de acumulação de recursos hídricos em mananciais de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

§ 1º Essas unidades terão a finalidade de armazenar água para regularizar as vazões naturais das bacias hidrográficas e contribuir com a formulação das políticas públicas de uso múltiplo da água.

§ 2º Os reservatórios das unidades de acumulação de recursos hídricos, verificada a vantagem em relação à preservação integral do sítio, poderão ser implantados em nascentes, cabeceiras ou em pontos estratégicos dos cursos d'água com a finalidade de regularização de suas vazões.

Art. 2º A classificação e a cessão das unidades de acumulação de recursos hídricos serão estabelecidas pelos órgãos responsáveis pelas políticas de uso múltiplo dos recursos hídricos de acordo a competência federativa.

Art. 3º A construção de barragens poderão (*sic*) ser objeto de concessão, de modo a viabilizar a captação dos recursos financeiros por prazo não superior a vinte e cinco anos.

Art. 4º A construção das barragens e dos reservatórios das unidades de acumulação de recursos hídricos deverá ser projetada por profissionais habilitados com registro na Agência Nacional de Águas, porém ficará submetida ao regime simplificado e unificado para questões de licenciamentos ambientais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sr. Presidente, é de altíssima relevância este projeto.

Pois, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Permita-me parabenizá-lo pelo projeto, Senador Hélio José, porque, nos últimos anos, no País, foi criada parece que até uma cultura de que esses reservatórios seriam ruins para o meio ambiente, e essa coisa toda. E veio toda essa discussão de que o bom eram usinas a fio d'água e com baixo impacto.

No meu Estado, por exemplo, na década de 80 foi feita uma usina, e ela quase não aconteceu devido a esses debates. Hoje, é uma das maiores riquezas do Estado, o Lago Manso, com quase 40 quilômetros de extensão e que, no momento, serviu para o controle de cheias, serve para essa reserva. Então, é importantíssimo tratar desse tema. E V. Exª traz esse debate aqui para o Senado, que é de muita importância em um momento em que o País passa por dificuldades no setor hídrico. Parabéns!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Medeiros, acolho o seu aparte. É real isso que V. Exª coloca. O Brasil passa por uma série crise hídrica e por uma crise energética também. Então, como é uma barragem de acumulação, é um acúmulo de energia. Assim, além de fazer a regularização da vazante, igual V. Exª coloca, a gente ainda terá o acúmulo de energia que será utilizada no momento de crise.

A relevância dessa questão também, igual V. Ex^a coloca, é exatamente o aproveitamento múltiplo das águas. Então, eu não tenho dúvida de que onde a gente faz uma barragem torna-se um ponto turístico, torna-se um ponto de aproveitamento para os micro e pequenos empresários da área. Desde que cuidado, desde que se respeite ecologicamente o meio ambiente, não há dificuldade nenhuma. Então, é um ponto de desenvolvimento para uma área que estava, de repente, sem nenhum desenvolvimento. Então, um lago como o de Manso, igual V. Ex^a está falando, assim como outros lagos e outras barragens, traz também muitas vantagens; não é só a desvantagem no nível de inundar as águas. Por outro lado, ela vai tornar aquelas terras circunvizinhas mais caras, vai valorizar, vai ter melhor condição de desenvolvimento para a área.

A justificação, Sr. Senador José Medeiros e demais Senadoras e Senadores aqui presentes, é que aproximadamente 71% da superfície da Terra são cobertas por água em estado líquido. Do total desse volume, 97,4%, aproximadamente, estão nos oceanos em estado líquido e salgado, e o restante aparece nos rios, nos lagos e nas represas, infiltrada nos espaços do solo e das rochas, nas nuvens e nos seres vivos – que, contendo uma concentração de sais geralmente inferior à água do mar, é chamada de água também.

Desses 2,6%, por volta de 1,8% da água doce do Planeta é encontrado em estado sólido, formando grandes massas de gelo nas regiões próximas aos polos e no topo de montanhas muito elevadas. As águas subterâneas correspondem a 0,96% da água doce; menos de 1% está disponível em rios e lagos.

Para suprir essa escassez de água utilizável, o barramento de curso d'água para formação de lago artificial constitui uma das mais antigas técnicas de aumentar as disponibilidades hídricas para atendimento de demanda por água pela sociedade, portanto foram fundamentais ao desenvolvimento da espécie humana. Embora dotadas de mecanismos de controle com a finalidade de obter a elevação do nível de água ou criar um reservatório de acumulação de água ou de regularização de vazões, por muito tempo ocorreram de forma mais ou menos empírica.

Com a Revolução Industrial, houve a necessidade de se construir um crescente número de barragens, o que permitiu o progresso e o aperfeiçoamento das técnicas de projeção e construção.

Diferentemente do passado, quando os reservatórios só eram vistos pelo lado dos benefícios, hoje a sociedade está mais crítica e já olha para os reservatórios pelo lado dos impactos negativos e de pessoas que são deslocadas sem compensação suficiente.

Há fortes movimentações, movimentos organizados contra a construção de grandes barragens. Entretanto, há exagero nos males atribuídos aos grandes lagos artificiais. Nesse sentido, é importante que sejam analisados seus pontos e opiniões. Também se pode considerar que, muitas vezes, há exageros na avaliação dos benefícios atribuídos a algumas obras. Uma análise técnica equilibrada e imparcial, que forneça subsídio à sociedade e aos gestores públicos para se constituir ou não, ou, ainda, como operar e proteger os lagos existentes, isso é necessário.

Questões sociais, ambientais, econômicas e de segurança são abordadas como fatores de oposição à construção de novas barragens, dentre elas, as desapropriações de pequenos agricultores e populações indígenas, sem indenização compensatória, e as alterações na forma da vida da população, que resultam no empobrecimento, devido à mudança brusca nas atividades.

As barragens tropicais emitem gases de efeito estufa em quantidades substancialmente maiores do que são reconhecidas na contabilidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Quioto. Em contrapartida, há de se considerar o balanço devido à sua não construção.

No ano de 2014, por exemplo, convivemos com uma seca no Sudeste brasileiro, e a grande concentração de pessoas nas cidades, em vários Municípios paulistas e mineiros, causou grandes transtornos a milhões de pessoas que optaram por viver nas cidades, fato inexorável na evolução da espécie humana. Neste ano, os níveis de acumulação verificados, em torno da metade do que se verificava em 2014, para este mesmo período, obrigam-nos a reiniciar o debate sem paixões.

Muito se criticou, Sr. Presidente, a construção de hidrelétricas, fonte principal para o suprimento de energia elétrica, indispensável à vida nas cidades. Aquiesceu-se à construção de usinas hidrelétricas a fio d'água, que, ao não funcionarem regularmente o ano todo, obrigam-nos a acionar usinas térmicas a petróleo, cujo quilowatt é caríssimo. Verifica-se, assim, que não há nenhuma vantagem adicional; pelo contrário, trazem muito mais danos que as hidrelétricas com lagos de acumulação. Essa é a questão das hidrelétricas a fio d'água, Senador Valdir Raupp.

As usinas do Rio Madeira e de Kararaô, que teve o nome alterado para Belo Monte, fornecem exemplos concretos, indicando a necessidade de reforma desses conceitos do MDL.

Das barragens a fio d'água espera-se que tenham menores emissões por quilowatt do que muitas barragens. No entanto, as emissões pelo acionamento de termelétricas a hidrocarbonetos têm emissões muito mais significativas.

A falta de análise que considere os agravantes em conjunto com os atenuantes nos deixa ver, em muitos casos, que os impactos provocados por reservatórios geralmente são de pouca expressividade em face dos benefícios que podem proporcionar.

É preciso considerar, ainda, que a manutenção de uma carga hidrostática mais elevada sobre o terreno e o aumento da área para infiltração proporcionam maior recarga de água em direção aos mananciais subterrâneos, fundamental para aumentar o escoamento de base, minimizando oscilações de vazão em cursos d'água superficiais.

A elevação do nível freático disponibilizará, por efeito de ascensão capilar, mais água para as plantas, além de possibilitar fluxo de água subterrânea suficiente para a manutenção da vazão e tornar perenes pequenos córregos sob a influência dessas águas freáticas.

Com maior recarga dos aquíferos no campo, os reservatórios podem servir melhor ao seu mais nobre objetivo: armazenar quando o recurso é abundante e usar no momento de escassez.

Isso é importante. Por exemplo, Senador Raupp: naquela questão do Acre, se nós tivéssemos uma barragem de contenção, não teríamos todo ano o Rio Branco vivendo aquela crise, com aquele acúmulo de água na cidade, porque poderíamos dosar e controlar a vazão do rio. Esse é um pequeno exemplo da vantagem que nós teríamos de transformar essas barragens.

Portanto, nada mais pertinente que se estimular e facilitar a construção de barragens rurais, objetivando o uso múltiplo da água na bacia, que amenizam problemas de inundações em áreas urbanas de maior risco, implicando, assim, grandes economias. Esse é o anseio da gestão integrada, ou seja, compatibilizar riscos e oportunidades na escala da bacia.

Estou terminando, Senador Raupp.

Se ambientes urbanos sofrem cada vez mais com as inundações provocadas pelas enchentes devido ao não planejamento (está feito e é praticamente irreversível), pode-se armazenar esses excessos no campo, o que permitirá atenuar a onda de cheia nas cidades e aproveitar essa água para irrigação nos períodos de escassez, realimentar os aquíferos, reservas que poderão ser usadas para o próprio abastecimento humano nas estiagens mais prolongadas.

O projeto de uma barragem requer fundamentalmente a análise e a aplicação correta de dois itens relevantes relacionados à segurança da barragem, quais sejam: estudos hidrológicos na bacia hidrográfica, em que se determinam a vazão máxima de cheia e o volume de armazenamento necessário à regularização da vazão – são os estudos hidrológicos que determinam essa vazão máxima –; e estudos hidráulicos para dimensionamento do sistema extravasor (eliminação do excesso de água e dissipador da energia), do desarenador (eliminação dos resíduos do fundo ou esvaziamento do reservatório) e da tomada de água (estrutura para captação da água represada).

Então, esses dois estudos – o hidrológico, que vai determinar a vazão, e o hidráulico, que vai determinar a boa utilização dessa vazão...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Estou concluindo, Sr. Presidente – ... são fundamentais para essa questão.

A abordagem de maneira simples serve como ferramenta didática e não deve induzir à falsa impressão de que se pode projetar bem e competentemente sem experiência. Julgar corretamente os valores obtidos requer anos de estudo e prática. O auxílio a questões sobre métodos construtivos, cálculos estruturais, estabilidade, geotecnia, percolação, dentre outros, deve ser obtido na bibliografia técnica e adequada ao projeto do barramento proposto.

Sabe-se que a maior parte das pesquisas geotécnicas na área das barragens foram e são orientadas para o estudo de obras de grande porte, deixando em segundo plano obras menores.

É importante, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, também, destacar que obras hidráulicas como barramentos, mesmo sendo de pequeno porte, distinguem-se por interferir nos cursos d'água...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... e estar sujeitas ao poder destruidor das enchentes, envolvendo riscos que jamais podem ser desconsiderados. Assim sendo, o dimensionamento de projetos e obras necessários ao uso dos recursos hídricos deverão ser executados sob a responsabilidade de profissionais de-

vidamente habilitados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, sendo o licenciamento concedido mediante procedimento ambiental unificado e simplificado.

Isso era o que eu teria a dizer, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Presidente. Eu acho de grande validade. Temos que nos debruçar sobre isso com bastante tranquilidade. Esse projeto já está protocolado, já está nas Comissões da Casa, e espero que V. Ex^{as} possam relatá-lo com a tranquilidade e a celeridade que ele precisa.

Muito obrigado.

Pois não, Senador Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu queria pedir um aparte ao nobre Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – V. Ex^a aborda um tema importantíssimo para o nosso País. Nós sabemos que a energia mais barata até o momento é a energia de hidroeletricidade...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... das nossas barragens, da nossa água. Porém, é importante também salientar, Senador Hélio, que futuramente talvez a nossa matriz possa se inverter um pouco.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não devemos abandonar a nossa matriz hídrica, porque nós temos um potencial muito grande. V. Ex^a já falou das usinas de Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira; da usina de Belo Monte, lá no Rio Xingu, e tantas outras. Mas futuramente, com a queda no preço das placas solares, das placas fotovoltaicas, da instalação de energia eólica com os “ventiladores gigantes”, como alguns chamam, a nossa energia eólica na costa marítima – sobretudo na costa marítima, pois temos uma costa de 8 mil km – poderia abastecer o Brasil todo, e a energia solar poderia ser aproveitada em algumas áreas do Semiárido, ...

(Soa a campanha.)

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... onde não há muita produção; daria para compatibilizar, hoje, a produção agrícola com a geração de energia solar, também aproveitando as lâminas d’água das nossas barragens.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Não vou dizer toda lâmina d’água, mas grande parte dela, para não deixar tudo fechado. Grande parte dela poderia ser aproveitada para a instalação de placas solares. Acho que o futuro da nossa energia vai ser caminhar um pouco mais, já tendo em vista quase que o esgotamento do nosso aproveitamento hídrico, aproveitando, como V. Ex^a falou, em vez de fazer usinas a fio d’água, turbinas a fio d’água,...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso!

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ... enchendo um pouco mais os reservatórios para gerar-se um pouco mais de energia. Na Amazônia, temos uma dificuldade, pois a região é muito plana e, dependendo da altura da barragem, ela pode alagar uma grande área. Então, optou-se por esse modelo a fio d’água, turbinas Bulbo, que geram com menos velocidade de água.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB-RO) – Com menos velocidade e com menos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Já concluindo o aparte, Sr. Presidente, parabênizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento, Senador Hélio José. Acho que o caminho é este mesmo, aproveitando as nossas potencialidades também nessas outras áreas – na área de energia eólica e na área de energia solar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito bem acolhido o seu aparte, nobre Senador Raupp.

Eu mesmo apresentei três projetos de aproveitamento da energia solar, da energia eólica e, também, do resíduo sólido de lixo, o resíduo orgânico, exatamente pela facilidade dessas matrizes energéticas, como V. Ex^a coloca, pois é fundamental esse avanço.

Nós temos que baratear esse serviço, temos que atrair fabricantes de células fotovoltaicas, para que o preço seja acessível às donas de casa, aos nossos micro e pequenos empresários; o potencial é gigantesco.

Para concluir, um exemplo: com relação ao canal da transposição do São Francisco,...

(Interrupção do som.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... podem-se colocar placas no canal inteirinho, e nós vamos ter uma usina do tamanho de Furnas, gerando aquela quantidade quilowatts.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, ontem, o País acordou preparando-se para receber mais uma manifestação do espírito democrático do povo brasileiro – a terceira neste ano, depois daquelas ocorridas nos meses de março e de abril passados.

Em mais de 200 cidades do Brasil, houve movimentos que agregaram um número de participantes que pode bater a casa do milhão. Todos os quadrantes do nosso Território foram cobertos pelo encontro de pessoas que desejam uma Nação coesa e certamente melhor. É preciso enaltecer a disposição de todos que participaram desse grande evento nacional.

Apesar do número enorme de manifestantes, os eventos congregaram as pessoas em um clima pacífico, sem que maiores incidentes tivessem acontecido. Bem diferente de alguns movimentos do passado.

Além da participação ordeira da população, também é preciso dar crédito às polícias nos diversos Estados brasileiros, pela organização dos espaços públicos para receber tanta gente, de forma a manter o clima de tranquilidade nas ruas e praças do nosso País.

A política é uma arena em que os interesses entram constantemente em conflito. Nela sempre há lados opostos, e pode até mesmo haver perspectivas diversas de atuação dos grupos políticos, embora o desejo pelo bem comum seja uma baliza compartilhada por todos que participam da construção da sociedade.

É preciso encarar as manifestações públicas como algo salutar para a democracia.

Elas avisam que o povo está acompanhando atentamente o desenrolar dos fatos mais recentes do Brasil.

Elas mostram que todo o povo se preocupa com o que os governantes fazem e que acompanha suas escolhas, sobretudo porque tais escolhas têm reflexo imediato em suas vidas. Assim, quando o povo vai às ruas, isso é sinal de que as vidas das pessoas, das famílias, estão sendo afetadas. Esse sinal é tanto um aviso para que os governos atuem com firmeza na resolução daquilo que constrange nossa população quanto indica que a representatividade política deve ser exercida pelo viés da participação popular.

Movimentos dessa magnitude, com tanta gente envolvida, há poucos no mundo inteiro; são a demonstração de que mudanças precisam ser realizadas com celeridade, sabedoria e firmeza.

O Governo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem se esforçado para impor uma agenda positiva, Senador e Ministro Fernando Bezerra, Senador Cássio Cunha Lima; o Governo tem se esforçado com programas na área da agricultura, da pecuária, R\$200 bilhões no Plano Safra, agora com R\$190 bilhões do programa de geração de energia elétrica, um insumo importantíssimo para o desenvolvimento e o progresso do País, na área de transporte, de rodovias, de ferrovias, de portos e de aeroportos, mas o povo quer mais. O povo quer melhorias na saúde, na educação, na segurança pública, na mobilidade urbana, na área social, enfim, o povo quer mais avanços.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, vivemos em um Estado democrático de direito e ninguém deseja mais passar por estado de exceção, em que a liberdade – que aqui e agora cantamos – seja proibida.

Estou certo de que ontem as manifestações tiveram um som libertador dos acordes da democracia, que ontem ecoou por todo o Brasil.

Meus parabéns, portanto, a todos os brasileiros que tomaram as ruas do País e protagonizaram um verdadeiro e necessário *show* de civismo!

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Fernando Bezerra.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Valdir Raupp, eu me animo a vir a esta tribuna fazer um aparte para parabenizar V. Ex^a ao fazer uma avaliação sobre as manifestações de rua que ocorreram no Brasil de norte a sul, de leste a oeste, durante esse último domingo. Acho que V. Ex^a é feliz ao dizer que essas são manifestações expressivas, raras no mundo, que mostram a indignação, a contrariedade, a irritação, a desaprovação de largas e expressivas parcelas da população brasileira em relação ao quadro político, econômico, social, que estamos enfrentando. Eu mesmo tinha pedido para me inscrever para trazer uma palavra sobre a situação de dificuldades por que passam os Estados e os Municípios brasileiros, decorrência desta crise econômica que estamos enfrentando. Esse final de semana, eu estive na minha cidade natal, Petrolina, para acompanhar a procissão de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, a padroeira da minha cida-

de. Tive a oportunidade de receber, em audiência, o vice-presidente da Associação das Autarquias Municipais de todo o Estado de Pernambuco, Prof. Rinaldo Remígio. Ele falava em nome de 13 autarquias municipais que oferecem cursos superiores para 22 mil estudantes pernambucanos, que beneficiam uma população de 3,5 milhões de pessoas. Ele falava que o Governo de Pernambuco está com dificuldades de pagar as parcelas do Proupe, que é um incentivo que o Governador Eduardo Campos deu para essas autarquias municipais bancarem os estudos dos estudantes mais carentes, porque as autarquias cobram mensalidades daqueles que lá estão matriculados. Portanto, mostrando que a dificuldade financeira já atinge fortemente Estados e Municípios brasileiros e que o protesto que se verificou ontem é também um alerta para as políticas econômicas que estão em curso, que precisam ter em mente que não vamos sair desta crise se não oferecermos as condições mínimas de governabilidade. Portanto, eu queria, neste breve aparte que faço ao pronunciamento de V. Ex^a, parabenizar por esta manifestação correta. Não basta dizer que as manifestações foram menores do que as verificadas no início do ano. Não! Elas foram expressivas, sim. E o Governo precisa tirar o sentido concreto dessas manifestações, no sentido de romper o seu isolamento político, criar as bases de governança para poder encaminhar a solução dos problemas que nós estamos enfrentando. Parabéns, Senador!

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado a V. Ex^a. Peço a incorporação do seu aparte ao meu pronunciamento.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que torço muito para que o Governo encontre um caminho, para que o Governo realmente possa colocar essa agenda positiva para funcionar, com mais desenvolvimento, com investimentos em todas as áreas que já citei aqui, na saúde, na educação, na segurança pública, na infraestrutura, no desenvolvimento do nosso País, no combate à corrupção, que é necessário e é o que a população também está cobrando nas ruas.

O Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, na semana passada, apresentou um conjunto de propostas para destravar a economia do País. Propostas bem-aceitas pela equipe econômica do Governo, pelo Ministro Joaquim Levy, pelo Ministro Nelson Barbosa, pela própria Presidente da República.

Então, eu espero que, através desse conjunto de propostas apresentadas pelo Senado Federal na pessoa do nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, nós possamos realmente destravar a economia e voltar a crescer, que a nossa economia possa crescer, possa gerar emprego para a nossa população e gerar renda para o nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Cássio Cunha Lima deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Valdir Raupp!

Agora, com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima, do grande Estado da Paraíba.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Medeiros, Sr^s e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, a exemplo de praticamente todos os outros oradores que me antecederam, eu ocupo neste instante esta tribuna para trazer um análise das manifestações ocorridas ontem, que, na minha opinião, muito mais do que pura e simples expressivas manifestações, são revelações de um sentimento que o povo brasileiro tem neste instante.

E não é pouco o que se viu ontem e, principalmente, considerando-se que é a terceira manifestação em um curto intervalo de tempo de seis meses com multidões ocupando centenas de cidades do Brasil, inclusive no interior do Nordeste, como aconteceu não apenas nas capitais, e a mídia – por razões compreensíveis – termina mostrando apenas o que aconteceu nas capitais dos Estados brasileiros, e aqui ou acolá uma cidade maior do interior de São Pulo. Mas não foram vistas pela grande imprensa ou apresentadas por ela manifestações que ocorreram em praticamente todas as cidades do interior de todos os Estados do Brasil e com destaque especial para a Região Nordeste.

Além daquilo que já foi dito aqui, do ambiente de paz e harmonia, não se viu em nenhuma das três manifestações, não foi apenas ontem, não se viu uma lâmpada quebrada, não se viu uma vitrine arranhada, famílias inteiras, crianças, os idosos, de forma pacífica, caminhando pelas ruas do Brasil, cantando o Hino Nacional, num dos dias mais belos da nossa democracia.

Se o 15 de março tinha sido já bonito, a manifestação de abril completa esse cenário de beleza e ontem emoldura essa projeção que estamos fazendo para o futuro melhor que todos nós queremos para o nosso País.

Vou destacar outro aspecto. Olhei com muita atenção, nas imagens da televisão não se viu uma só pessoa – não é que não fosse permitido –, mas não se viu um só brasileiro com a latinha de cerveja na mão. Não tinha bebida alcoólica, como se vê em outras manifestações promovidas, patrocinadas para se dar sensação de apoio.

Ou seja, o que se viu ontem no Brasil é o povo brasileiro na rua para reafirmar, mais do que um movimento político, um sentimento nacional.

Portanto é um equívoco muito grande quem tenta mensurar esse sentimento pela quantidade de pessoas nas ruas. Se foi maior ou menor do que março, isso é irrelevante, não tem expressão nenhuma porque se você esquecer o que aconteceu em março e olhar, de forma atenta, o que foi visto ontem, é grandioso o que foi visto ontem. São poucas as nações do mundo que, num intervalo de tempo tão breve, conseguem fazer três manifestações com esse porte, com esse vigor, com essa força de indignação, de revolta e de desejo de mudança.

Ou seja, só aquele que não quer realmente compreender a realidade do Brasil não entenderá todo esse sentimento da Nação brasileira, do nosso povo como um desejo firme de mudança. E o Governo, mais uma vez, se mostrará deslocado da realidade, como já o fez, em vários outros momentos, se não compreender esse recado.

Por mais que se possa tentar tirar o País da crise, a ausência de credibilidade do atual Governo cria um obstáculo quase que intransponível para que o País supere suas dificuldades. A ilegitimidade do mandato da Presidente Dilma Rousseff cria uma barreira, coloca o País numa redoma, como se nós estivéssemos condenados a conviver com a crise enquanto durar a sua permanência na Presidência da República, porque a crise no Brasil tem nome e sobrenome: Dilma Rousseff.

É a Presidência da República que faz com que o País se afunde cada vez mais nas dificuldades e, a essa altura, eu, que tantas vezes desta tribuna, pedi, em nome do PSDB, em nome do povo brasileiro, que a Presidente Dilma Rousseff, do PT, formulasse um pedido formal de desculpas, um pedido de perdão ao povo brasileiro, eu acho que já está tarde. Nem isso mais resolverá o problema, porque ela perdeu o tempo certo para esse pedido de desculpas, de perdão com a humildade que a situação exigia.

Nem isso mais adiantará e, talvez, o único gesto de grandeza que reste à Presidente da República seja, de fato, renunciar para abreviar o sofrimento do País, afundado numa crise econômica por ela provocada, afundado numa crise política que é dentro da Base do Governo, porque a crise vem exatamente das disputas dentro do próprio PMDB e alguns outros partidos da Base, sem falar na profunda crise ética que assola o Brasil.

E o Governo, não o Brasil, o Brasil nada tem a ver com os desmandos e os atos de corrupção praticados pelo PT e o Governo da Presidente Dilma, mas o fato é que a Presidente disse recentemente: não, não conhecia os acontecimentos de corrupção dentro do Governo que ela comandava, mesmo tendo sido ela Ministra da Casa Civil e também Ministra de Minas e Energia, que é o ministério que tem a responsabilidade de comandar a Petrobras, e na condição de Ministra de Minas e Energia, ela presidiu o Conselho Administrativo da Petrobras. Ela presidiu o Conselho Administrativo da Petrobras. Mesmo assim, ela alega desconhecer todos esses fatos.

Só que, infelizmente, a palavra dela perdeu a credibilidade, porque na campanha, ela enganou a população brasileira inteira, dizendo que também não sabia da realidade econômica. Será que ela vai poder dizer que aquilo que foi dito na campanha de 2014 era do desconhecimento dela? Não, claro que não. Ela, de forma deliberada, por uma escolha de um caminho de se tentar ganhar a eleição a todo preço, a todo custo, resolveu enganar, de forma desleal, a confiança do povo brasileiro, porque tudo que está acontecendo hoje já era do conhecimento dela.

O Fato Online, que é um *site* importante de notícias – é muito jovem o Fato Online, deve ter seus quatro ou cinco meses de existência –, publica uma matéria hoje, muito importante, assinada pelo jornalista Lúcio Vaz, onde fica comprovada a participação da Presidente Dilma Rousseff e do próprio Vice-Presidente Michel Temer nas chamadas pedaladas fiscais. A matéria do Fato Online – quem tiver acesso à internet, visite o *site* – revela assinatura de decretos de suplementação orçamentária, seja por excesso de arrecadação ou por vendas de títulos do tesouro, que deram o lastro para as chamadas pedaladas fiscais. Aí, fica caracterizado o crime de responsabilidade. Nós vamos aguardar o Tribunal de Contas da União fazer a análise das pedaladas fiscais, que são aqueles empréstimos ilegais que o Governo Federal, comandado pela Presidente Dilma Rousseff, do PT, fez, contrariando o art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe, que veda, de forma definitiva, peremptória, que o órgão controlador tome empréstimos a bancos por ele controlados. Ou seja, bancos que são controlados pelo Governo Federal não podem, sob hipótese nenhuma, emprestar ao próprio Governo Federal. Assim reza o art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós temos a assinatura da Presidente da República e do Vice-Presidente nesses decretos, o que caracteriza o pleno conhecimento do procedimento ilegal das pedaladas fiscais, sem falar em outro aspecto grave, que diz respeito também a gastos além do que a lei orçamentária autorizava.

Fora essas discussões no Tribunal de Contas da União, temos também os processos no Tribunal Superior Eleitoral. Na semana passada, ficou a sensação de que houve a suspensão de um julgamento por parte do TSE em decorrência de um pedido de vista do Ministro Fux. Mas é bom esclarecer que outras ações tramitam no TSE, o que poderá levar à cassação da chapa e consequentemente à realização de novas eleições no Brasil. Tudo isso, quero deixar claro, rigorosamente dentro da Constituição, em respeito à legislação brasileira. Disso nós do PSDB não abrimos mão. Estaremos sempre defendendo a Constituição.

Como bem disse ontem em Belo Horizonte e, na sexta-feira, em Maceió, o nosso presidente nacional, o Senador Aécio Neves, a Constituição é a nossa arma.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – E será com ela que vamos lutar pelo fortalecimento das instituições, para que as apurações tenham prosseguimento, para que possamos tirar o Brasil da crise, fazendo cumprir a Constituição e fazendo respeitar a legislação infraconstitucional.

E pelos crimes praticados pela Presidente Dilma Rousseff durante o período eleitoral, os crimes no campo eleitoral, tenho certeza de que, pela jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, também temos essa possibilidade real de novas eleições, para que finalmente possa nascer um governo com a credibilidade e a legitimidade necessárias para retirar o País da crise, porque a crise se aprofunda, se avoluma e é retroalimentada pelo próprio Governo da Presidente Dilma Rousseff.

E o que a população deseja é, lógico, o fim de todos esses escândalos. A Nação cada vez mais estarecida, perplexa, com as revelações das investigações da Lava Jato, são bilhões e bilhões de reais roubados do povo brasileiro, o que põe por terra o discurso de que o PT defende os pobres, porque quem defende pobre não rouba a população pobre, esta é que é a mais pura verdade.

E além de todo esse fim de um ciclo de poder e de um sistema de manutenção de poder, um novo governo traria a legitimidade para que possamos repactuar a Nação e a Federação, uma vez que Estados e Municípios estão falidos, alguns deles chegando ao ponto, como aconteceu recentemente no Rio Grande do Sul, de não ter condições de pagar o funcionalismo ou mesmo adiando obrigações que são inadiáveis, Municípios que não têm capacidade alguma de resolver os problemas do cotidiano.

E aí estão postos os desafios da educação, da saúde, do transporte, da moradia, sem falar no aspecto econômico, quando o Governo da Presidente Dilma Rousseff, do PT, contrariando tudo que ela havia prometido durante a eleição, chegando a usar a expressão muito popular: nem que a vaca tussa... E a vaca está tossindo, vai morrer de pneumonia, porque a receita que o Governo está usando para combater a inflação é através do desemprego e da diminuição do poder de compra do trabalhador, numa atitude perversa, cruel, de fazer, digamos, uma quimioterapia na economia, para poder controlar a inflação, que já chegou a mais de 10%, sobretudo para os mais pobres. Basta olhar o que acontece, por exemplo, com a conta de energia, com a conta de luz, que não para de subir, sem falar nos aumentos de combustível, na alta do dólar, que tem pressão inflacionária.

Então, o Governo mantém esses juro de forma injustificável na estratosfera, porque não há mais inflação de demanda. Você tem, no Brasil, há muitos anos, uma inflação de oferta. A indústria nacional foi destroçada, porque você manteve um câmbio artificialmente baixo. Isso facilitou as importações. Ao tempo em que as nossas fronteiras estavam abertas para as importações, a indústria nacional ia morrendo lentamente, chegando à crise grave que estamos vivendo agora.

Com o câmbio no patamar em que está, a indústria poderá recuperar alguma competitividade para ter espaço de exportação. Há um aspecto positivo que deve ser reconhecido, mas esse dólar no patamar atual tem também forte pressão inflacionária. Então, o que o Governo tem feito é algo muito duro para a sociedade brasileira.

No ano que vem, a tendência, sim, é de que a inflação diminua, mas diminua por que e a que preço? Vai diminuir porque os juro vão estar na estratosfera, o desemprego campeando e o poder de compra do trabalhador sendo reduzido de forma constante. Aí a economia vai minguar. Controla-se dessa forma a inflação, há uma recessão que deve durar pelo menos dois anos. Já temos analistas de mercado projetando uma retração de PIB, que poderá chegar aos 3%. Até mesmo o Governo já começa a admitir 1,8 de retração, mas todo o mercado, no mínimo, está projetando uma diminuição do Produto Interno Bruto, que é essa soma das riquezas nacionais, em pelo 2,4%. E, como eu disse e repito, já há projeções que levam para uma retração de 3%, isso para 2015. Dois mil e dezesseis não será muito diferente, teremos aí projeções com crescimento perto de zero.

Ou seja, é o povo brasileiro vendo escorrer pelo ralo a maior conquista que este País alcançou nos últimos anos, talvez uma das maiores conquistas de toda a nossa história, que foi sair daquele período da hiperinflação. E não há castigo, não há penalização maior para o trabalhador do que a inflação, que corrói o poder de compra da família brasileira. A cada semana ou a cada período que você vai ao supermercado, à feira, à mercearia,

você compra menos com o mesmo dinheiro. É isso o que as pessoas estão sentindo no seu dia a dia. E foi exatamente o Plano Real que ofereceu a estabilidade econômica para assegurar o controle da inflação, a estabilidade e o piso firme, ou seja, a base, o alicerce sólido para que o Brasil crescesse, para que o Brasil pudesse ter, inclusive no campo social, avanços.

Então aquela base, aquele alicerce que tem que haver em toda construção está sendo destruído pelo Governo do PT. Foi construída uma base sólida, e, infelizmente, essa base foi ameaçada porque, para ganhar a eleição, o Governo agiu de forma irresponsável, de forma desmedida no que diz respeito às suas atitudes, aos seus atos.

E hoje o Brasil paga o preço de ter, no Governo Federal, um Partido que deixou de ter um projeto de Brasil para ter, exclusivamente, um projeto de poder. E o que é mais grave, esse projeto de poder financiado pelo crime da corrupção, com a presença de verdadeiras quadrilhas assaltando o povo brasileiro. E não é só na Petrobras, a Operação Lava Jato agora chega ao Ministério do Planejamento. E parece aquela imagem do fio de novelo que você vai puxando e puxando e não tem mais fim. Porque, infelizmente, se instituiu essa prática de corrupção como método de governo. Não era uma coisa ou um ato isolado deste ou daquele agente político ou de um burocrata, como deve ter existido em todos os governos em todos os países do mundo. Infelizmente essa é uma realidade. Mas aqui no Brasil, não, aqui se instituiu essa prática como método de governo para alimentar a opção que foi feita de formação de uma maioria política no Congresso Nacional, à base do patrimonialismo, do toma lá dá cá, da troca de cargos. E agora vem a imprensa trazer novamente, em suas páginas, a notícia de que a recomendação é que a Presidente Dilma entregue aos partidos com porteira fechada, como se o povo brasileiro tivesse mais paciência e tolerância para ouvir esse tipo de coisa.

Então, não há mais, eu acho, tempo para pedido de desculpas, como foi cobrado muitas vezes; esse tempo passou. A discussão sobre uma pauta objetiva nós estamos dispostos a fazer, porque essa palavra diálogo vira lugar-comum, todo mundo usa isso de forma permanente; virou lugar-comum.

A oposição se dispõe a discutir com o Governo dentro do Congresso, fora dele, uma pauta objetiva, que começa com o exemplo do próprio Governo: redução do número de ministérios, redução da máquina pública, desaparecimento do Estado por parte do Partido dos Trabalhadores. E, sem que esse primeiro gesto seja feito, não há hipótese de ter conversa, porque faltará lealdade, faltará sinceridade em qualquer proposta de ajuste de um governo que mantém essa estrutura gigantesca, zombando da cara do contribuinte. O contribuinte se sacrificando, pagando mais impostos – medidas que virão aumentarão a carga tributária, podem anotar –, as pessoas suando, lutando diariamente, e o Governo achando que nós somos obrigados a manter essa máquina corrupta, perdulária, incompetente, ineficiente, incapaz para alimentar o projeto de poder do PT.

Chega! Basta! As pessoas não aguentam mais isso. Ninguém mais aguenta trabalhar e pagar imposto para manter um Estado inchado, com 39 ministérios, com milhares e milhares de cargos comissionados, ocupados pelos petistas e seus simpatizantes, que recolhem contribuição para o Partido, para manter um projeto de poder do Partido dos Trabalhadores. Não! Ninguém aguenta mais isso! E é o que está sendo dito, e é o que foi dito ontem nas ruas. Nós não podemos abusar da paciência do nosso povo; não podemos achar que vamos tolerar isso a vida inteira.

Há uma mudança em curso; é um curso irreversível. Tenho certeza de que o Brasil, como sempre foi, sairá mais forte, porque o País é e sempre será maior do que qualquer crise. O que nós queremos é abreviar a crise, o que nós queremos é encurtar o tempo de crise. E a forma mais eficaz, mais rápida para o encurtamento desse tempo de crise seria um gesto de grandeza por parte da Presidente da República, com a renúncia do seu mandato, para que nós pudéssemos ter um novo governo legitimado e com a credibilidade necessária para fazer a consertação que o País precisa e, naturalmente, caminhar na direção daquilo que é o grande anseio da população brasileira. O brasileiro sonha com o fim da corrupção, sim, é uma exigência nacional por óbvio, mas deseja que tenhamos mudanças na saúde, na educação, na mobilidade urbana, na moradia, nos serviços que, de forma geral, são prestados pelo Estado. E, aí, no Estado, eu incluo os governos municipais e também os estaduais, que são extremamente precários.

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Perdemos a chance, neste movimento histórico – e eu concluo, Sr. Presidente, a minha fala, agradecendo a tolerância de V. Ex^a –, nós perdemos esse movimento histórico, perdemos a chance de sair do período da ditadura militar para o da estabilidade econômica e, a partir dessa estabilidade econômica, modernizar o Brasil. Não houve essa modernização para que fizéssemos, ou construíssemos, um País moderno, competitivo, que gerasse empregos para aqueles que querem trabalhar, querem produzir.

Pelo contrário, optou-se por um caminho terrível na política, de cooptação, de compra de apoio parlamentar. E, para isso, foi preciso montar essa estrutura de corrupção dentro da máquina pública federal, fora os casos já revelados – pelo menos parcialmente revelados – de enriquecimento ilícito, porque não vamos falar apenas de crimes que foram praticados para financiar a máquina partidária, não; há enriquecimento ilícito sendo desvendado, apresentado de forma cabal, de maneira absolutamente clara nas investigações da Lava Jato. Por isso é que o Juiz Sérgio Mouro ontem foi o mais saudado e apoiado pela população brasileira pelo trabalho sério, dedicado, que vem fazendo ao lado da Polícia Federal, do Ministério Público Federal. E é nesse fortalecimento das instituições que deveremos trabalhar.

Mas, além disso, o fim da corrupção é um desejo do povo brasileiro, e nós temos outros sonhos, que é exatamente um país que consiga atender melhor a sua população diante de uma carga tributária tão alta.

Então, Presidente, quero agradecer, mais uma vez, o tempo que me foi concedido, a audiência daqueles que nos acompanham pela TV Senado. Muito obrigado pela audiência também dos que nos acompanham pela Rádio Senado. Eu me despeço sabendo que amanhã voltaremos para continuar o bom combate com firmeza, com altivez, com coragem para que o Brasil mude, como é o desejo de todos os brasileiros, e que, naturalmente, mude para melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Cássio.

Eu não tenho dúvida também de que, se a Presidente da República fizesse esse gesto, ela sairia pela porta da frente e mostraria um alto gesto de grandeza, até porque, eu não tenho dúvida, a pessoa física da Presidente Dilma gostaria que estivesse diferente, mas ela atuou e é responsável e beneficiária de tudo isso que está aí.

Então, meus parabéns, porque V. Ex^a fez uma reflexão interessante sobre o tema.

Bem, não havendo mais oradores inscritos, encerramos a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 9 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfé Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lidice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**.. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMD).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Dalcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Dalcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
PMDB	
	Senador Eunício Oliveira (CE)
PT	
	Senador Delcídio do Amaral (MS)
PSDB	
	Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB	
	Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT	
	Senador Acir Gurgacz (RO)
PR	
	Senador Blairo Maggi (MT)
PSD	
	Senador Otto Alencar (BA)
DEM	
	Senador José Agripino (RN)
PP	
	Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB	
	Senador Douglas Cintra (PE)
PPS	
	Senador José Medeiros (MT)
PCdoB	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL	
	Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC	
	Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB	
	Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	
PP	
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

Prazo final prorrogado: 21/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados**Eleição Geral:** 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL**Líder do Governo**

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - PT / BA

Deputado Paulo Pimenta - PT / RS

Líder da Minoria

Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM

Vice-Líderes

Deputado Alberto Fraga - DEM / DF

Deputado Carlos Melles - DEM / MG

Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO

Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 168 páginas
(O.S. 12985/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

